

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS VII - CODÓ
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA**

ANA RAQUEL MESQUITA DOS SANTOS

**AS LUTAS E CONQUISTAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DA
COMUNIDADE LUDOVICO NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO-MA NA
DÉCADA DE 1980**

**CODÓ/MA
2021**

ANA RAQUEL MESQUITA DOS SANTOS

**AS LUTAS E CONQUISTAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DA
COMUNIDADE LUDOVICO NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO-MA NA
DÉCADA DE 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do grau de
Licenciada Interdisciplinar em Ciências Humanas
– História, pela Universidade Federal do
Maranhão – Campus VII - Codó.

Orientadora: Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Ana Raquel Mesquita dos.

As lutas e conquistas das quebradeiras de coco babaçu da comunidade Ludovico município de Lago do Junco- MA na década de 1980 / Ana Raquel Mesquita dos Santos. - 2021. 69 f.

Orientador(a): Jascira da Silva Lima.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Ufma, Codó/MA, 2021.

1. Identidade. 2. Ludovico-MA. 3. Movimentos Sociais. 4. Mulheres. 5. Quebradeiras de Coco Babaçu. I. Lima, Jascira da Silva. II. Título.

ANA RAQUEL MESQUITA DOS SANTOS

**AS LUTAS E CONQUISTAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DA
COMUNIDADE LUDOVICO NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO-MA NA DÉCADA
DE 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do grau de
Licenciada em Ciências Humanas – História, pela
Universidade Federal do Maranhão – Campus VII
- Codó.

Codó - MA, 04 de junho de 2021

APROVADA EM: _____ / _____ /2021.

NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jascira da Silva Lima UFMA/Campus VII
Orientadora

Profa. Ma. Joana Batista de Souza UEMA/Caxias
Primeira Examinadora

Profa. Dra. Fabiana Pereira Correia UFMA/Campus VII
Segunda Examinadora

Profa. Doutoranda. Maria Raquel Barros Lima UFMA/Campus VII
Suplente

À minha família.

Às mulheres mais importantes da minha vida, Maria de Mesquita e Maria de Fatima e ao meu avô e pai Antônio Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora Aparecida pela proteção, por guiar os meus passos, e por ter me fortalecido nos momentos difíceis, me fazendo não desistir dos meus objetivos.

À toda a minha família, pelo carinho, apoio, incentivo que me foi dado até aqui, pois sem os mesmos não seria possível a realização desse sonho. Grata a cada um por ter acreditado em mim, em especial a minha Mãe, Maria de Mesquita, mulher guerreira que apesar das inúmeras dificuldades não mediu esforço para fazer com que eu chegasse até aqui. Obrigada por tudo, por ser esse exemplo de mulher e principalmente por fazer de mim quem eu sou hoje. Obrigada por sempre está ao meu lado me apoiando e me dando todo carinho, amor e todo suporte necessário para seguir em frente.

Aos meus avós maternos Maria de Fatima e Antônio Rodrigues por me incentivar a correr atrás dos meus sonhos, me encorajando a nunca desistir. Obrigada por fazerem parte da minha vida e por serem pessoas tão incríveis e iluminadas.

À minha avó paterna Maria Tomé, por ser essa avó maravilhosa, e ao meu pai, Willama Ramos, que sempre estiveram ao meu lado mesmo distante. Grata pelo amor, carinho e apoio. Também não poderia deixar de agradecer a duas pessoas que foram extremamente importantes na minha vida, e que hoje já não estão mais entre nós, mas continuam eternamente no meu coração. À minha bisavó Joana Lopes por ter sido a bisavó mais incrível desse mundo, por ter me dado todo amor e força para continuar os meus estudos. E ao meu avô Joaquim Ramos por todo amor, incentivo e por ter sido um grande exemplo de homem, pai, avô e amigo.

À todas as minhas tias/os, por toda força e carinho, em especial as minhas tias, Elenilda Rodrigues, Rejane Ramos e Francisca de Mesquita.

Ao meu irmão Marcos Brito e a todos os meus primos/as, pelo apoio e carinho.

Ao meu amigo Edson Silva, por ter acreditado no meu potencial e por ter me ajudado a ingressar na instituição. Sou imensamente grata por tudo que fez por mim até aqui. Obrigada pelo carinho, força, conselhos, incentivos e principalmente pela amizade.

Aos meus padrinhos, Aurélia Alves e Vildeney da Silva por toda ajuda e por todo o incentivo.

A todos os meus amigos. Especialmente, Katuena Alves, pessoa incrível pela qual tenho maior amor, e que sempre esteve ao meu lado, torcendo e me fazendo não desistir dos meus objetivos. Obrigada por ser essa amiga, e irmã tão maravilhosa. À Zara Mayan, que em meio as minhas dificuldades enfrentadas ao chegar na cidade de Codó-MA, me abraçou, me

fazendo seguir em frente mesmo nos momentos mais difíceis. Sou grata por nossa amizade, e por tudo que vivemos até aqui. À Fernanda Alves, e ao Anderson Cristiano, pelas inúmeras conversas que me davam forças para continuar, pelos concelhos, apoio e carinho. Obrigada por tudo! Amo todos vocês.

Aos meus amigos pelo convívio e por todo apoio, especialmente Myllena Suzi, por ter me acolhido e por ter confiado dividir moradia comigo. Sou grata por tudo que fez por mim, pelos momentos maravilhosos e histórias compartilhadas, pelos conselhos, carinho e principalmente por essa linda amizade. Obrigada!

À Natália Rodrigues, que apesar de ter chegado um pouquinho depois na minha vida se tornou uma grande amiga. Grata pelos momentos compartilhados!

À Joyce Ribeiro e Lindson Sousa, amigos especiais que a UFMA me apresentou, e que tanto amo. Não tenho palavras para expressar o quanto importante foram nessa minha jornada. Sou imensamente grata e feliz por ter os dois em minha vida.

À Aline Silva e Naiara Oliveira pela amizade e por ter me acolhido na reta final do curso. Ao Atalício Moreira pelo carinho, força, e principalmente pela amizade. Grata por cada momento vividos nesse “Codozão de açúcar”.

À cidade de Codó-MA, que me acolheu e me apresentou com tantas amizades sinceras que irei levar eternamente no meu coração. Em especial, Sabrina Martins, Samara Oliveira, Fabio Montelo, Darlan Danta, Denilde Sousa, Francineide Leal, Maria Domingas e Nathália Mouzinho.

Gratidão à Universidade Federal do Maranhão – Campus VII/Codó, por meio das minhas professoras/es que me orientaram durante a minha vida acadêmica. Profissionais dos quais tenho maior respeito e admiração. Especialmente à minha orientadora Profa. Dra. Jascira da Silva Lima, Profa. Dra. Fabiana Pereira Correia, Dr. José Carlos Aragão Silva, Prof. Dr. Alex de Sousa Lima, e ao Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes, que acreditaram na minha dedicação aos estudos, e me proporcionaram ingressar nos projetos que coordenaram – PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, e ao PRP (Programa de Residência Pedagógica), projetos que foram extremamente importantes, pois aprimorou os meus conhecimentos adquiridos durante o curso até o momento, além de ter sido uma atividade de grande valia para a minha formação acadêmica e principalmente profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela oportunidade única da prática docente, através do Pibid e PRP. Ele foi crucial para seguir na área que escolhi atuar. Grata pelas experiências e aprendizagem durante a participação nos programas.

Aos meus colegas de turma pela troca de experiências e convívio durante todos esses anos.

Às Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu da comunidade Ludovico, por terem me recebido gentilmente em suas residências, por confiarem contar suas trajetórias de lutas, e por ter contribuído de forma grandiosa para a escrita desse trabalho. Meus agradecimentos a Maria Alaídes, Diocina dos Reis e Sebastiana Ferreira, mulheres das quais tenho enorme carinho e respeito.

E aos jovens da comunidade, Apolo Keven, Francisco Santos, e Zara Mayan. Grata pelo tempo que disponibilizaram durante a entrevista. Sem dúvidas foram depoimentos importantíssimos e de grande relevância para este trabalho.

Sem medo de ser mulher

Pra mudar a sociedade, do jeito que a gente quer,
Participamos sem medo de ser mulher!

Porque a luta não é só dos companheiros,
Participamos sem medo de ser Mulher,
Pisando firme sem pedir nenhum segredo,
Participando sem medo de ser mulher.

Pois sem mulher a luta vai pela metade,
Participamos sem medo de ser mulher!
Fortalecendo os movimentos populares,
Participando sem medo de ser mulher.

Na aliança operária-camponesa,
Participamos sem medo de ser mulher!
Pois a vitória vai ser nossa com certeza,
Participando sem medo de ser mulher.

(Interpretada por Às Encantadeiras, 2014)

RESUMO

O principal objetivo deste estudo é registrar a história de lutas, organização e conquistas das mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu através da narrativa de mulheres que protagonizaram esse processo, no contexto de conflitos agrários ocorridos na década de 1980, no município de Lago do Junco-MA, na comunidade Ludovico. Para a realização do mesmo foi necessário a identificação das mulheres lideranças e suas motivações para luta e organização do movimento, registro das conquistas adquiridas por elas na comunidade e sua relevância para o reconhecimento e afirmação da identidade de quebradeira de coco babaçu. Uma das principais motivações desse estudo está relacionado ao fato de que sou oriunda do ambiente rural, sou mulher e filha de quebradeira de coco babaçu o que me despertou interesse em transformar essa trajetória de vida em objeto de estudo, utilizando como lentes teóricas os estudos e pesquisas de Aguiar (2016); Muller, Crisna Maria; Besing, Marcia (2015); Deere (2004); Ayres Junior (2007); Almeida (1995); Hagino (2007); Fischer (2004); Perrot (2008); Rebelo (2012); Santos (2014); Silva (2018); Linhares (2016), além da história oral da vida das mulheres interlocutoras da pesquisa

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Identidade. Quebradeiras de Coco Babaçu. Mulheres. Ludovico-MA.

ABSTRACT

The main objective of this study is to record the history of struggles, organization and achievements of women babassu coconut breakers through the narrative of women who led this process, in the context of agrarian conflicts that occurred in the 1980s, in the municipality of Lago do Junco-MA, in the Ludovico community. To carry out the same, it was necessary to identify the women leaders and their motivations for the struggle and organization of the movement, record the achievements acquired by them in the community and their relevance for the recognition and affirmation of the identity of the babassu coconut breaker. One of the main motivations of this study is related to the fact that I come from a rural environment, I am the wife and daughter of a babassu coconut breaker, which aroused my interest in transforming this life trajectory into an object of study, using studies and research by Aguiar (2016); Muller, Crisna Maria; Besing, Marcia (2015); Deere (2004); Ayres Junior (2007); Almeida (1995); Hagino (2007); Fischer (2004); Perrot (2008); Rebelo (2012); Santos (2014); Silva (2018); Linhares (2016), in addition to the oral history of the lives of the women interviewed in the research.

Keywords: Social Movements. Identity. Coco Babaçu crackers. Women. Ludovico-MA.

LISTA DE SIGLAS

ACESA – Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
ACR – Animação Cristã no meio Rural
AJR - Associação de Jovens Rurais
AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais/Lago do Junco
ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura
COPPALJ - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco
CPF - Cadastro de pessoas físicas
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRIS Comissão Regional de Saúde
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
EFAs – Escolas Família Agrícola
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Maranhão
FETAGs - Federações de Trabalhadores na Agricultura
GO - Goiânia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
JOBEL - Jovens Organizados em busca de Educação e Liberdade
Kg- Quilograma
MA - Maranhão
MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR/NE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTRSC - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central

MQCB - Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu
MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NCADR - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
ONGs - Organizações não Governamentais
PGPM - política de garantia de preço mínimo
PT – Partido dos Trabalhadores
RG - Registro Geral
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SR.- Senhor
STTRs - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UDR - União Democrática Ruralista
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UISFA – Unidade Integrada Sinfrônio Francisco Alves

LISTA DE SITES CONSULTADOS

www.cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/lago-do-junco/panorama

www.periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/rt/printerFriendly/235229/28253

www.outrostempos.uema.br/curso/anaisampuh/anaisviviane.htm

www.teiapopular.org/as-quebradeiras-de-coco-babacu-da-amazonia-e-a-luta-em-defesa-das-territorialidades/

www.miqcb.org/adquira-nossos-produtos

www.agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23624-quebradeiras-de-coco-babacu-preservam-tradicao-no-interior-do-maranhao

[maranhao](http://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23624-quebradeiras-de-coco-babacu-preservam-tradicao-no-interior-do-maranhao)

www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico

www.miqcb.org/projeto-pindova/pdf

www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico

www.scielo.br/pdf/soc/n10/18726.pdf

www.embrapa.br

www.fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
2 O LUGAR DA PESQUISA: o registro histórico da comunidade Ludovico	19
2.1 Luta e organização das mulheres nos movimentos sociais no campo: a mobilização das quebradeiras de coco babaçu	20
3 O PROTAGONISMO DAS MULHERES FRENTE À LUTA EM CONFLITOS AGRÁRIOS COM ENFOQUE A LUTA PELO “BABAÇU LIVRE” NA COMUNIDADE LUDOVICO.....	32
3.1 A participação das mulheres de Ludovico na luta pela terra.....	34
3.2 As origens da organização dos enfrentamentos das mulheres em defesa da vida em Ludovico	40
3.3 Os conflitos vivenciados e as conquistas alcançadas pelas mulheres da comunidade Ludovico	43
4 AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE LUDOVICO: da negação ao autorreconhecimento de suas identidades.....	50
4.1 As conquistas adquiridas pela luta das mulheres e sua relevância para a comunidade Ludovico	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	65
Apêndice A - Ficha De Identificação Das Sujeitas Da Pesquisa	
Apêndice B - Ficha De Identificação Dos Jovens	
Apêndice C - Roteiro De Entrevista (Quebradeiras De Coco Babaçu)	
Apêndice D - Roteiro De Entrevista (Jovens)	

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado objetiva compreender o processo histórico das lutas de mulheres quebradeiras de coco da Comunidade Ludovico que vivenciaram conflitos na disputa pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais, de forma marcante entre as décadas de 1980-1989.

As Quebradeiras de Coco Babaçu do município de Lago do Junco- MA, em específico as da comunidade de Ludovico, estiveram presentes no processo de lutas, resistência e conquistas das áreas onde encontra-se os babaçuais. Na década de 1980 os conflitos começaram a se espalhar por vários municípios do interior do Maranhão, chegando então a Lago do Junco. Cansadas de serem torturadas e ameaçadas de morte as Quebradeiras de Coco Babaçu se mobilizaram e se organizaram como forma de resistir às pressões dos fazendeiros que se intitulavam os proprietários das terras onde se encontravam maior incidência de babaçuais. No decorrer da luta alegavam os direitos dos trabalhadores/as a ter acesso às terras e ao extrativismo, pois sem estas suas garantias de sobrevivência material estariam comprometidas.

Como aprendizado nas lutas as Quebradeiras de Coco Babaçu construíram fortes instrumentos de intervenção política nas estruturas de poder local, regional e nacional. As características do processo de mobilização política dessas mulheres têm por finalidade a terra, a preservação do ecossistema dos babaçuais como forma de subsistência, e a preservação da cultura passada de geração a geração, assim como também o reconhecimento de sua identidade como quebradeira de coco babaçu.

Ao longo dos anos os eventos em torno da luta pela terra no Maranhão impulsionaram o surgimento de algumas associações, como a AMTR (Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais/Lago do Junco), ASSEMA (Associação de Assentamento do Estado do Maranhão), COPPALJ (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco) e o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), que são entidades que tem a finalidade de assessorar os homens e as mulheres do campo no acesso à terra, no caso das extrativistas do babaçu contribuir com a defesa do direito ao livre acesso aos babaçuais. As mulheres quebradeiras de coco de Ludovico protagonizam situações de luta pela vida, pois, sofreram e resistiram para que fosse respeitado os seus direitos enquanto mulheres e enquanto “quebradeiras de coco”.

Para compreender este processo foi necessário descrever como ocorreu a história de luta e organização das quebradeiras de coco da comunidade Ludovico no período de 1980-1989, frente aos conflitos com os fazendeiros que se autointitulavam proprietários de terra, registrar as conquistas adquiridas na luta das mulheres da comunidade e sua relevância para o reconhecimento e afirmação da identidade de quebradeira de coco babaçu além de identificar, e ouvir as mulheres lideranças e suas motivações para luta e organização do movimento, através de entrevista semiestruturada, de observações e de consultas a documentos e bibliografias que registraram os fatos.

No decorrer do trabalho analisamos a história de mobilização e organização das quebradeiras de coco de Ludovico, utilizando como principais lentes de interpretação Aguiar (2016); Muller, Crisna Maria; Besing, Marcia (2015); Deere (2004); Ayres Junior (2007); Almeida (1995); Hagino (2007); Fischer (2004); Perrot (2008); Rebelo (2012); Santos (2014); Silva (2018); Linhares (2016), além da história oral de vidas das mulheres interlocutoras da pesquisa.

Ressalto que a escolha da temática está diretamente ligada à busca de conhecer a história de luta e conquista dessas mulheres na década de 1980, por ter vínculo de parentesco e de sentimento de pertença ao lugar, no entanto busquei seguir os rigores metodológicos da pesquisa bibliográfica e análise científica sobre o tema.

Desde criança sempre fui muito curiosa, adorava estar em rodas de conversa ouvindo as inúmeras histórias que os mais velhos contavam a respeito dos conflitos, de suas lutas e da tão sonhada conquista da terra e do coco babaçu. Em meio as conversas sentiam forte emoção com a fala de cada um, pois deixam explícito que se orgulhavam de ter feito parte do processo de construção dessa história e de hoje poder contar que as situações vivenciadas naquele período de extrema violência foram fundamentais para o fortalecimento do povo e da nossa comunidade.

Os anos foram se passando e a vontade de conhecer a fundo a história das mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu que tanto lutaram só crescia. Após concluir o ensino fundamental e o ensino médio consegui ingressar no ano de 2014 na Universidade Federal do Maranhão – Campus VII/Codó (UFMA) para cursar Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas- História. Conforme foi passando os períodos, não me restava mais dúvidas sobre o que pesquisaria no meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Por diversas vezes cheguei a me perguntar se era realmente isso que eu queria trabalhar. A resposta era sim. Por ter vínculo de parentesco e por fazer parte dos movimentos sociais em defesa da terra, busquei conhecer as minhas origens e reconhecer minha própria identidade como filha e neta de quebradeira de

coco, nascida e criada na comunidade Ludovico, lugar do qual tenho orgulho de fazer parte. Esse autoconhecimento em muito contribui para que a história de populações marginalizadas seja reconhecida a partir de suas próprias narrativas.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo se propõe apresentar o histórico da comunidade, de como surgiu o nome – Ludovico, e seu povoamento. Também faz uma apresentação panorâmica sobre a luta e organização das mulheres nos movimentos sociais no campo, bem como a participação das Quebradeiras de Coco Babaçu. No segundo capítulo apresento relatos das mulheres quebradeiras de coco que protagonizaram a luta pela terra e pelo coco babaçu na comunidade Ludovico apresentando a origem das organizações nos enfrentamentos em defesa da vida; e os conflitos vivenciados, assim como as conquistas que foram alcançadas pelas mulheres quebradeiras de coco da comunidade.

O terceiro capítulo contextualiza o processo em que as mulheres começaram a lutar por sua própria identidade - Quebradeiras de Coco Babaçu, e as conquistas que vieram após esse autorreconhecimento, que foi importante para o fortalecimento das mulheres e para a comunidade. Nesse capítulo, as entrevistas serão um elemento fundamental para guiar toda a discussão, bem como as minhas considerações finais.

2 LUGAR DA PESQUISA: HISTÓRIA DA COMUNIDADE LUDOVICO

A comunidade Ludovico fica localizada a 28 km da sede de Lago do Junco¹ na região do Médio Mearim, e 400 km de São Luís, capital do Maranhão. Hoje residem 107 famílias e em média 329² habitantes, que são conhecidas pela sua história de lutas e conquistas.

Em uma entrevista feita no ano de 2008 para a escola UISFA, (Unidade Integrada Sinfrônio Francisco Alves) o Sr. João Alves da Silva³ conta que Ludovico foi fundada por volta de 1915 por três irmãos, Sinfrônio Alves, José Alves e João Alves e um cunhado cujo o apelido era Chicô. Os três irmãos e o cunhado viviam em um povoado chamado Japão no município de São Domingo. Não conseguindo se estabilizar nesse povoado resolveram fundar sua própria comunidade, a exemplo de várias famílias que imigrando dos Estados do Ceará e do Piauí por causa da seca vieram para o Maranhão se estabelecendo nos municípios de São Domingo do Zé Feio e São Luís Gonzaga. (SILVA, 2008)

Os quatros saíram da comunidade de Pau Real município de São Luís Gonzaga, cortando mata até chegarem ao lugar que hoje chamamos de Ludovico. Até meados do século XX, a paisagem de Ludovico era marcada pela presença da “mata fechada”, característica do bioma amazônico.

Com a chegada dos primeiros habitantes na região que deu origem ao Povoado de Ludovico, que foram instituídos os primeiros centros com as roças de algodão, fumo, milho, feijão e arroz. Nos dias seguintes, ocorrem os primeiros cercamentos para demarcar os chamados centros de cultivo e coibir a fuga de pequenos animais, a abertura de estradas, as casas de comércio, reconfigurando aos poucos a paisagem que depois seria tomada pela introdução das grandes pastagens e, meio século depois, pelos babaçuais, que nestas áreas encontraram condições ideais para se reproduzir. Ao chegarem às terras, trataram de marcar as roças e construir suas casas. (LINHARES, 2016)

¹ O seu povoamento teve início em 1918, com a chegada do Sr. Gonçalo Rodrigues que, informado da expansão da Região do Mearim, ali se fixou, na tentativa de desenvolver a lavoura. A partir de 1925, acentuou-se a chegada de novos nordestinos, pelas razões acima mencionadas, que vieram proporcionar aumento da povoação. Desenvolveu-se a agropecuária e extrativismo e surgiram às primeiras casas de comércio, quando teve início a exportação de produtos agrícolas para outros centros consumidores. Dentre os interessados pela emancipação do lugar, há que se destacar o Sr. Hosano Gomes Ferreira que, possuidor de grande prestígio político, fez valer essa prerrogativa, realizando o sonho dos habitantes do lugar. O nome de Lago do Junco teve origem na existência de um lago na região, onde se encontrava grande quantidade de capim, chamado “Junco”. Hoje a população está estimada em 10.840 habitantes (IBGE 2017).

² <Dados fornecido pelo agente de saúde da comunidade Ludovico Wilson Lopes de Sousa, no dia 04/04/2021>

³ Filho do Sinfrônio Francisco Alves, um dos fundadores da comunidade Ludovico.

Os irmãos e o cunhado não viviam apenas de trabalho, eles também gostavam de extravasar o cansaço nos botecos das comunidades vizinhas - Prima Vera e Uruguaiana, ambas localidades de São Luís Gonzaga. Os irmãos e o cunhado tinham fama de bagunceiros e como andavam sempre armados com rifles e facas cabo de tala⁴, as pessoas os temiam. Quando estavam nos botecos, eles costumavam puxar a faca e rimavam uma lorota que dizia: “Aqui é Maria Ludovico, desgraça do pobre, miséria do rico. Onde ela põe a ponta o Urubu põe o bico!” Assim surge o nome Ludovico. (SILVA, 2008)

Relatos orais das pessoas mais velhas da comunidade descrevem, ainda, que o nome do Povoado surge numa roda de conversa formada por homens que bebiam, proseavam e declamavam rimas. Dentre tantas rimas declaradas naquele momento essa ganhou repercussão especial, influenciando definitivamente na denominação do lugar que chamamos hoje de Povoado Ludovico. (LINHARES, 2016)

Por volta de 1935, já todos casados, famílias formadas, perceberam a necessidade de se ter uma igreja para fazer suas orações. Sem a ajuda do governo construíram um casebre de taipa que funcionava como igreja e como ponto comercial, pois quando o padre vinha celebrar a missa, trazia com ele os marreteiros⁵ para vender seus produtos.

Assim foram construindo os espaços públicos para a comunidade. No intuito de arrecadar dinheiro para financiar as construções, os moradores apresentavam dramas⁶, faziam festejos, leilões e rifas. Dessa forma, foram construindo o patrimônio material agregado aos bens culturais e materiais da comunidade. Ao longo dos anos, os moradores da comunidade foram construindo uma identidade a partir da mistura dos costumes e dos saberes trazido por pessoas dos Estado do Ceará e Piauí.

A comunidade é constituída por trabalhadores rurais e Quebradeiras de Coco Babaçu e tem como principal base econômica o extrativismo do babaçu. Ela ficou conhecida pelos intensos conflitos agrários, ocorridos em 1985. Contudo, foram criadas organizações e movimentos sociais, que contribuíram para o crescimento e para o fortalecimento da comunidade Ludovico.

2.1 Luta e organização das mulheres nos movimentos sociais no campo: a mobilização das Quebradeiras de Coco Babaçu

⁴ Faca artesanal feita com aço e madeira.

⁵ Vendedores viajantes que aproveitavam a reunião das pessoas em dias de missa para fazer negócios.

⁶ Espetáculos teatrais.

Sabemos que a visibilidade das mulheres nos movimentos sociais e nas ciências é pouco evidenciada, ainda mais quando se trata de mulheres do campo. Embora as mulheres já viessem lutando há anos, foi a partir da década de 1980 que as lutas em comum das mesmas vieram a impulsionar as organizações de mulheres do meio rural brasileiro, passando a realizar diversas ações em busca do seu reconhecimento como sujeito político de direito social, ganhando força e significativa expressão nos processos de luta no campo (AGUIAR, 2016). Elas lutavam por terra, igualdade entre homens e mulheres, acesso a crédito, preservação do ambiente, dentre outras questões. Contudo, conseguiram organizar-se e conquistar importantes espaços dentro dos movimentos sociais bem como em meio a sociedade.

Ao longo do processo de luta e organização foram sendo criminalizadas, sofreram ameaças, coação no que tange à implementação de políticas públicas, além da sujeição a diversas formas de violência, o que fragiliza os movimentos em suas lutas por equidade social. Observar experiências de mulheres em espaços menores permite perceber que a luta em defesa dessa igualdade persiste, no campo da mobilização e organização dos movimentos sociais.

Segundo Gohn (1995), por concepção os movimentos sociais são:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN 1995, p. 44, apud MULLER, CRISNA MARIA; BESING, MÁRCIA, 2015, p. 31)

Para Siqueira (2002) os “novos” movimentos sociais representam

O conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas fundantes da sociedade atual. (SIQUEIRA, 2002, p. 7)

De acordo com Alvarez et al., (2000), citado por Muller; Besing (2015, p. 31), os movimentos sociais dependem e se baseiam simplesmente da vida do cotidiano, no entanto constroem novos vínculos com outros diferentes movimentos, como vínculos interpessoais,

intraorganizacionais e político-culturais expandindo assim o alcance cultural e político dos movimentos.

Para Paoli e Telles (2000) os movimentos sociais tiveram crescimento significativo ao longo dos tempos:

Os movimentos sociais se ampliaram e diversificaram, trazendo para o debate público um amplo leque de temas e questões que traduzem uma litigiosidade sempre renovada, recobrando as mais diversas dimensões da vida social: questões relativas às discriminações de gênero, raça e etnia, ecologia e meio ambiente, violência e direitos humanos, passaram a compor, no decorrer da década, uma agenda política de debates, projetando na esfera política concepções de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais que afetam identidades, existências e formas de vida. (PAOLI e TELLES 2000, p. 108)

Guiadas por estas concepções, ao longo de décadas, as mulheres começaram a despertar para a necessidade de fazer movimento social que considerasse as especificidades da luta das mulheres para chegar a uma sociedade igual e justa para todos/as.

Embora na década de 1980 a participação de mulheres não fosse tão evidenciada em movimentos sociais no Brasil, acreditamos que seja válido registrar o papel importante que elas tiveram na luta dos movimentos sociais ao longo da história através de situações vivenciadas no campo, onde milhares de mulheres protagonizaram lutas em defesa da terra, mas pouco reconhecimento teve. O empoderamento das mulheres do campo vem através da luta em vertentes diferenciadas, como a defesa do voto, direitos trabalhistas, políticas públicas, dentre outros, mas que se somam na defesa da igualdade nas relações do gênero. (MULLER, CRISNA MARIA; BESING, MÁRCIA, 2015).

A luta das mulheres nos movimentos sociais no campo, também foi articulada a outros segmentos sociais que reivindicavam, ainda no fim do regime militar, espaços de expressão política. Naquilo que ficou comumente conhecido como “novos movimentos sociais” que emergiram, canalizando os interesses de segmentos da população do campo e da cidade. (AGUIAR, 2016, p. 262).

Pode-se destacar alguns processos de articulação e organização dessas mulheres na igreja católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais sociais, na urgência e na necessidade da criação de um “novo sindicalismo”, e por fim na atuação do movimento feminista que contribuiu para fortalecer a luta de mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, dentre outros grupos de mulheres.

Neste contexto a igreja católica juntamente com as pastorais foram os principais grupos que atuaram fortemente ao lado dos (as) trabalhadores/as rurais. De forma especial, eles

contribuíram para que as mulheres do campo viessem a se mobilizar, instigando-as a participação política, bem como no debate da transição para o regime democrático. As CEBs e as pastorais oportunizaram às mulheres a experiência formativa que as levou a questionar a sua condição social que eram frequentemente ligadas a papéis sociais desempenhados no campo da saúde e educação (DEERE, 2004, p. 179-180) fazendo com que elas começassem a criar os primeiros grupos de mulheres para se articular contra as injustiças que vinham sofrendo. Os grupos formados por elas foram crescendo, passando então a inserir-se no contexto dos sindicatos rurais para que posteriormente viessem também expressar suas vontades e necessidades, pois, apesar de debaterem juntamente com os homens a respeito do acesso à terra, muitas não haviam despertado para a importância da sua própria liberdade como mulher em espaços autônomos.

Cappellin (2009) nos afirma que a mobilização das mulheres não se formou na prática sindical, mas foi anterior a ela. Todo esse processo se deu no contexto de abertura democrática e na consolidação do movimento feminista no Brasil, que de forma processual foi influenciando e instigando cada vez mais grupos de mulheres a se organizar em torno de demandas comuns.

Segundo Pinheiro (2007), a significativa participação feminina em grupos ligados as igrejas católicas, espaço de acolhimento e de oportunidade, de visibilidade de seus interesses, mas regulado por elementos ligados à religião, ocorre também porque o cuidado prioritário da família, inclusive o cuidado espiritual era papel reservado à mulher. Ou seja, era frequente vê-las na igreja devido ao alto grau de machismo que reprimia e desvalorizava as suas ações em outros espaços públicos, pois, de forma geral, para os homens elas tinham apenas duas funções: zelar pela moral da família e buscar a paz espiritual para o meio familiar.

A participação das mulheres nas CEBs contribuiu e muito para o desempenho de outras funções das quais já eram acostumadas na esfera privada, rompendo então com a antiga rotina, como também estimulou a participação nas lutas sociais e nas mobilizações por melhores condições de vida e direitos (AGUIAR, 2016). Resultante disso, notamos que a igreja desempenhou um papel importante na organização das mulheres rurais, a exemplo do movimento das quebradeiras de coco babaçu, incentivando a criação de espaço onde pudessem assumir um lugar de fala, onde pudessem compartilhar suas experiências bem como articular suas ações de resistência.

Assim como as igrejas, a criação de um novo sindicalismo também foi impactada pela organização das mulheres. Segundo Favareto (2006) essa expressão, novo sindicalismo serviu para denominar:

Vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados. (FAVARETO, 2006, p. 29).

Após a repressão no período da ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985, onde as lutas foram brutalmente caladas, não permitindo qualquer formação de novos movimentos sociais no campo eles ressurgiram na década de 1980 quando finalmente tiveram o apoio dos sindicatos, assim ganhando forças para reivindicar por uma sociedade igualitária (Paoli e Telles, 2000). Foi neste contexto que surgiu em Santa Catarina o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) que reivindica, sobretudo, o direito à sindicalização e à previdência social, vindo também a reforçar uma nova corrente do sindicalismo no campo. (SCHERER-WARREN, 1996, p.98). O MMA surge para se contrapor ao sindicalismo que se autodenominava sindicato combativo, por articular-se aos movimentos sociais, mas era predominantemente assistencialista (SCHERER-WARREN, 1996).

Em meio a esse movimento sindical combativo as oposições sindicais rurais disputavam cargos nas confederações sindicais que eram estabelecidas em nome da concepção de organização e trabalho político que se opunha às defendidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG⁷.

Os movimentos rurais de mulheres surgem no que se entende por berço político das oposições sindicais, com quem elas tinham pouco vínculo, rescindindo e fazendo crítica a prática e à estrutura sindical oficial capitaneada pela CONTAG, (AGUIAR, 2016) sem, contudo, abandonar as lutas por direitos no campo. A impossibilidade de as mulheres não poderem se associar aos sindicatos, foi uma das pautas discutidas e demandadas pelas mulheres, ainda com bastante resistência pela proposta política presente nas oposições sindicais (BORDALO, 2008).

Na década de 1980, cresceu o número de mulheres inseridas nas organizações políticas, esse crescimento foi um ponto positivo para que o movimento pudesse se expandir pelo território brasileiro, podendo formar diferentes grupos de mulheres na zona rural, que

⁷ A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) foi criada em 1963 através da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Conseguiu se estruturar nos anos da ditadura militar, em contexto amplamente desfavorável a ação sindical de contestação e crítica (FAVARETO, 2006, p. 30). Essa estrutura sindical passou a ser rígida e muito mais burocrática (NOVAES, 1991; PALMEIRA, 1985), constituída basicamente em um espaço político exclusivamente predominada por homens. Já no período de transição para a democracia, os sindicatos juntos as federações dos Estados acabaram se tornando os principais focos de discussões pelas forças do novo sindicalismo, que eram liderados pelo sindicato nacional opositor de esquerda, a CUT - Central Única dos Trabalhadores (DEERE, 2004), veio a adotar estratégias políticas para disputar os pedidos da CONTAG de permear na sua estrutura sindical assim modificá-la por dentro (AGUIAR, 2016). Como resultado de tal estratégia a CONTAG acabou se afiliando a CUT na década de 1990.

atuaram fortemente de acordo com a suas limitações e necessidade de cada região. Podemos citar de modo geral algumas importantes organizações de mulheres: “as Margaridas⁸” e as “Mulheres da Roça⁹” (1986), que logo depois deram início ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR) em 1989 como movimento estadual autônomo.

Em 1983 surge MMA que foi totalmente incentivada pela ação da Igreja. Na Paraíba podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano. Em 1982 surge em Pernambuco o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC). E no estado do Maranhão podemos destacar o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu e dos Trabalhadores Agroextrativistas. No âmbito regional surge em 1988 a Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e em 1986 foi criado o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), (AGUIAR, 2016).

As mulheres desses movimentos conquistaram reconhecimento político como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos. Tendo o reconhecimento do seu estatuto profissional puderam ter acesso aos direitos trabalhistas, previdenciários, e principalmente ao aumento dos benefícios de seguridade social, que incluía também a licença-maternidade e aposentadoria (DEERE, 2004).

No mais, precisamos enfatizar que a conquista no campo da participação das mulheres nos sindicatos foi longa e árdua, visto que, no início do sindicalismo rural só podiam participar na condição de dependentes de seus maridos ou dos pais, não poderiam ser sócias dos sindicatos. Nos sindicatos filiados a CONTAG apenas era permitido uma pessoa por família se filiar, e como sabemos quem poderia fazer isso era apenas o chefe da família, ou seja, o homem. Em muitos casos os maridos acabavam pedindo que a sindicalização da esposa fosse proibida por lei, pois segundo eles as mulheres não precisariam juntar-se aos sindicatos devidos já terem seus benefícios garantidos. (DEERE, 2004, p. 180)

⁸ A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres parceiras. <<http://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>>.

⁹ O movimento transformou-se em movimento estadual e autônomo de agricultoras e para as agricultoras, com vistas à sua participação. A organização estava nas mãos de mulheres rurais e tinha como objetivo a sua emancipação. Baseava-se nos princípios da participação direta, da vida cotidiana e do pragmatismo das agricultoras. A inovação principal do movimento foi o estabelecimento da igualdade social e política na vida das agricultoras para que pudessem realizar a sua emancipação através da conscientização adquirida pelo convívio com o conjunto das outras mulheres. Os grupos regionais de Mulheres da Roça eram ligadas à oposição sindical e à Igreja e tinham assim a mesma delimitação geográfica. Formaram-se grupos em Alto Uruguai, Alto da Serra e Planalto. A denominação de ‘regional’ também expressa a origem local do movimento das mulheres em oposição às regulações ‘de cima’, do Estado. <www.scielo.br/pdf/soc/n10/18726.pdf>

Luci Choinaski (uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA em Santa Catarina.) faz um relato a respeito dessa condição de gênero.

Com as primeiras reuniões e discussões de participação no sindicato, surgiu o questionamento: qual a condição em que nós, mulheres, vivíamos? Não tínhamos direito à sindicalização, os nossos documentos nos colocavam como domésticas, apesar de trabalharmos na roça; não éramos reconhecidas como trabalhadoras, não tínhamos direito a receber nada quando aconteciam acidentes de trabalho, nem as mulheres, nem as crianças até 12 anos de idade; não tínhamos direito à aposentadoria, só quando o marido morresse ou quando tivesse mais de 70 anos; não tínhamos direito a salário-maternidade; não tínhamos participação na política. Então, começamos a descobrir que éramos apenas pessoas que trabalhavam, que obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho e nada de participação. (CHOINASKI, 1998, p. 226, apud AGUIAR, 2016, p. 267).

Sob a argumentação de que na divisão de trabalho a atividade que foi atribuída à mulher no meio rural foi o trabalho reprodutivo, ele não gerava nenhum tipo de benefício. Este trabalho era considerado improdutivo e a energia que as mulheres gastavam no desenvolvimento das tarefas no meio rural se tornava invisível, desvalorizado e conseqüentemente esquecido pela sociedade. A sociedade via essas mulheres que realizavam o trabalho no espaço produtivo como meras ajudantes dos maridos agricultores (PAULILO, 1982). Por isso, o seu trabalho era invisibilizado.

Essa situação contribuiu para reforçar ainda mais o processo de não identificação da mulher do campo como trabalhadora e o seu não reconhecimento como sujeito de direito (PIMENTA, 2012; BORDALO, 2011). No entanto, para estas mulheres lutar para serem devidamente reconhecidas como trabalhadoras e lutar por espaço no sindicato, independente de marido, pai ou de qualquer membro da família era “[...] questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres [...]” (BORDALO, 2011, p. 46), “[...] reforçando sua identidade como trabalhadora rural” (BORDALO, 2011, p. 54).

A luta pelo direito à aposentadoria e ao salário-maternidade marcou significativamente a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais, pois foram conquistados pelo engajamento delas nas organizações sindicais de âmbito nacional (urbanas e rurais), nos Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Mulher e na cooperação internacional mobilizadas através de ONGs feministas.

Todo esse processo garantiu as mulheres direitos na Constituição Federal de 1988, como direitos iguais para homens e mulheres, garantindo também benefícios a previdência social (AGUIAR, 2016). A expansão de direitos foram adquiridos através de duas conquistas importantes: a menção explícita ao direito das mulheres à terra, com a obrigatoriedade da

titulação em nome do casal ou em nome da mulher chefe de família, garantindo sobretudo o direito de ser beneficiárias da reforma agrária; e a segunda foi a sua inclusão como beneficiárias da previdência social na condição de seguradas especiais, que garantia aposentadoria, o direito ao seguro-desemprego e por invalidez, e 120 dias de licença-maternidade remunerada (DEERE, 2004).

As mulheres que trabalhavam e não eram remuneradas na produção agrícola passaram a ganhar o seu próprio benefício sem precisar depender do marido. Tudo isso acontece sob forte influência do movimento feminista que havia surgido na Europa em meados dos anos de 1960 e que ganha força no Brasil na década de 1970. A partir de 1980 o movimento se expandiu para o campo, fazendo com que as mulheres rurais viessem ter uma participação significativa dentro do movimento. Cappellin (1990) diz que nesse período diversos grupos se formaram nos mais diferentes espaços nos quais passaram a “[...] elaborar propostas para a construção de um projeto de mudança capaz de incluir a revisão das relações sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres” (CAPPELLIN, 1990, p. 18).

Na década de 1980, um diálogo entre a igreja e as feministas resultou na produção da Teologia Feminista (AGUIAR, 2016), “[...] uma elaboração teológica que investe singularmente na composição entre religião e alguns pressupostos feministas, referenciada a um movimento de mulheres organizadas dentro da Igreja Católica” (ROHDEN, 1996, p. 96). Na década de 1970 parecia que a convivência entre igreja e o feminismo não pudesse acontecer, mas na década seguinte as experiências obtidas através das CEBs motivaram um conjunto de reflexões, inclusive por parte de teólogas que participavam como agentes de pastorais. Contudo, ao notarem uma participação relevante de mulheres nesses espaços, as teólogas começaram a pôr em pauta que elas fossem valorizadas com base no seu cotidiano e em suas experiências de vidas (AGUIAR, 2016).

Segundo Rohden (1996):

A participação expressiva das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base, as tentativas de releitura da Bíblia por parte de teólogas americanas e europeias e a própria expansão das ideias feministas de igualdade entre os sexos incentivam as teólogas brasileiras a elaborarem novas formas de representação da mulher e da sua relação com o transcendente. São mulheres, na sua maioria leigas, que, envolvidas no trabalho pastoral com as CEBs, passam a absorver estas propostas de libertação da mulher e questionar a misoginia que percebem na Igreja e na tradição cristã. No seu trabalho como porta-vozes das mulheres do povo, seja em textos de assessoria aos trabalhos comunitários, publicações mais acadêmicas, ou mesmo teses e dissertações em Teologia compõem um original arcabouço de ideias combinando religião e feminismo. (ROHDEN 1996, p. 97-98).

Contudo, as ideias que surgiam do meio feminista acabaram entrando nos espaços da igreja, subsidiaram as inúmeras reflexões feitas pelas mulheres do campo sobre suas experiências bem como suas condições de vida. No mais, o envolvimento das mulheres rurais no movimento com o feminismo se deu por meio de diferentes maneiras, de modo que as ideias feministas acabaram permeando nos seus espaços de atuação (AGUIAR,2016). Com base nas suas atuações em diferentes espaços, as mulheres rurais criavam e apresentavam segundo Cappellin (1990, p. 19), “[...] plataformas de reivindicações que buscam articular as lutas contra a expropriação da terra e a exploração do trabalho”, por meio das quais denunciam “[...] as formas específicas de opressão, próprias à condição de gênero”, expressando, assim, por intermédio dos movimentos em que atuam, o que a autora chama de “aspirações feministas”.

Mediante as inúmeras lutas, mobilizações, e resistências nos movimentos sociais, onde as mulheres estiveram ativamente engajadas em todo o processo, podemos destacar o Movimento das Quebradeiras de coco Babaçu e dos trabalhadores agroextrativistas, que se deu a partir dos conflitos gerados na luta pela terra e pelo acesso ao coco babaçu, não só no Maranhão, mas em vários outros estados. Elas sentiram a necessidade de se organizar para lutar em prol de seus objetivos. No mais, Ayres Júnior (2007) nos diz que: o primeiro *locus* de organização das quebradeiras foram as suas companheiras de atividade, com quem conviviam boa parte do dia coletando e quebrando coco no babaçual ou nos quintais das casas. Pois, essa era a única oportunidade em que elas tinham para conversar, não só para se distraírem, mas também para desabafarem suas aflições, repressões, humilhações, a condição da família e a sua própria, na condição de mulheres donas de casa e mães de família.

Em meio aos inúmeros impedimentos de acesso aos babaçuais, as quebradeiras de coco tiveram como iniciativa se unir como forma de estratégia para amenizar a violência ocasionada pelos jagunços a mando dos fazendeiros que se autointitulavam os proprietários da terra. Portanto, foram surgindo alguns clubes de mães, o objetivo dos clubes não era apenas lutar pelo coco babaçu, mas também buscar alternativas de subsistência (AYRES JÚNIOR, 2007). Nesses espaços as quebradeiras discutiam as dificuldades que existiam no momento, bem como as ações e caminhos que alguns maridos optavam para seguir que era contrária a luta, e que para elas não contribuía em nada para a melhoria de vida da família.

Como não eram reconhecidas e aceitas nos sindicatos elas refugiavam-se nos grupos de mães, que criaram para fazer um contraponto aos homens que se organizavam em sindicatos.

Em 1980 quando de fato explodiram os conflitos por terra, as disputas que ameaçavam os territórios que as famílias ocupavam há anos eram constantes, devido as mesmas, na época não possuírem documentação que fosse reconhecida judicialmente como territórios delas. Os grileiros e fazendeiros acabavam se aproveitando da situação, ameaçavam de forma violenta, que no fim resultava na expulsão dessas famílias das comunidades. Foi a partir desse contexto de subordinação que nasceu a ideia da sujeição das quebradeiras de coco. Este é o termo empregado para designar a prática abusiva dos fazendeiros frente às reivindicações das quebradeiras, restringindo direitos, mesmo em áreas públicas, uma vez que os autodeclarados proprietários não possuíam a escritura legítima da terra, utilizando-a como sua pelo status de fazendeiro (ALMEIDA, 1995). Diante disso achavam-se no direito de cercar as áreas, negando a elas o acesso à terra onde se encontrava o babaçual.

Desta forma, foram surgindo algumas associações que foram se fortalecendo cada vez mais. Outras associações foram criadas e tendo a participação das quebradeiras na direção (por exemplo, os clubes de mães, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e clubes de jovens, animados pela Igreja Católica antes dos anos 1980). Além de várias outras associações locais de povoados, como a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Lago do Junco (AMTR); a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA); cooperativa dos Pequenos Produtores; Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis; Cooperativa de Pequenos Produtores de São Luís Gonzaga; Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lima Campos; e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Além da articulação política e de entidades religiosas como a CPT¹⁰ (Comissão Pastoral da Terra).

Do processo de articulação institucional que fortalece a luta e o protagonismo das mulheres, destaco que em maio de 1989, foi criada ASSEMA, ela surge com o objetivo de desenvolver atividades em apoio à pequena produção local e às famílias produtoras, através de acompanhamento técnico-agrícola, de estabelecimento de créditos e de políticas específicas voltadas ao fortalecimento da produção. A ASSEMA reúne várias entidades através de uma associação coletiva de cooperativas de pequenos produtores, de áreas de assentamento, de sindicatos de trabalhadores rurais e associações de mulheres trabalhadoras

¹⁰ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. <<https://cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>

rurais, nos municípios de Lago do Junco, Lima Campos, São Luiz Gonzaga e Esperantinópolis, além de contar com sócios individuais, advindos das comunidades.

Em abril de 1991, foi implantada no município de Lago do Junco a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), ela insere-se no processo de transformações das formas de produção e comercialização dos produtos caracterizados como agroextrativistas.

Silva (2001) nos explica um pouco sobre a ASSEMA e implantação da COPPALJ:

Essa associação procura sempre demarcar um espaço de luta, querendo, com isso, viabilizar uma alternativa de enfrentamento de uma realidade adversa às famílias que procuram sobreviver através do extrativismo e das culturas tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca). Diante dessa realidade, a ASSEMA, após explicar o significado de uma cooperativa e as regras básicas que as regem, implantou a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ, em 17 de abril de 1991. Com esta ação visava possibilitar às famílias camponesas envolvidas no processo produtivo uma forma de viabilizar a comercialização dos produtos agroextrativistas. (SILVA, 2001, p. 250- 251)

Como já havia relatado anteriormente, nesse mesmo período as mulheres ingressaram no movimento sindical, possibilitando o contato com outras mulheres que moravam em outros estados, que exerciam o mesmo ofício e que estavam passando pelos mesmos conflitos. Foi então que perceberam que não estavam sozinhas na luta. A partir dessa união se fortaleceram, com isso foi criado no início dos anos 1990, o MIQCB. Ele surgiu a partir de uma rede de organização, bem como associações, cooperativas, clubes, grupos de mulheres, entre outros, que lutavam e até hoje lutam pela preservação dos babaçuais, pela garantia dos direitos das quebradeiras de coco à terra, pelo acesso livre às palmeiras de babaçu e por representações e fortalecimentos de políticas públicas que valorizem o seu direito enquanto mulher quebradeira de coco.

É relevante compreendermos que o MIQCB, é um movimento que reúne mulheres extrativistas, quebradeiras de coco de quatro estados diferentes, Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. Nesse contexto, Hagino (2007) vai nos dizer que “as quebradeiras de coco babaçu fazem parte de um movimento social feminino que combina consciência ecológica, saberes vivenciados pela prática e detenção da autonomia da produção, formando uma identidade coletiva” (Hagino, 2007, p.02).

Ou seja, essas mulheres que reivindicam os seus direitos por meio desses movimentos não estão pensando em si, mas estão pensando em um bem maior, em um coletivo. É importante ressaltar que essas mulheres que fazem parte do MIQCB, são extrativistas, donas de casa, mulheres, mãe, avós, esposas, trabalhadoras rurais. E que este movimento é

responsável pela união das quebradeiras de coco em prol de sua autonomia, preservação do ecossistema, subsistência e de sua cultura passada de geração em geração (HAGINO,2007).

O MIQCB passa a ser o movimento através do qual as práticas das mulheres extrativistas começaram a ser vistas e apoiadas por as Organizações não Governamentais (Ong's), como a Action Aid, War on Want, Brot Fur die Welt, além da Comunidade Europeia e o fundo de gênero Brasil Canadá que patrocinam seus encontros, bem como seus relatórios e livros sobre o movimento (HAGINO,2007). Essa identidade foi aos pouco construída no processo de mobilização das mulheres quebradeiras de coco para pressionar representantes do governo federal, estadual e municipal para buscar discutir alternativas de desenvolvimento sustentável para as regiões onde se encontravam os babaçuais, através de debates sobre a agricultura familiar e extrativista, além de garantir a preservação do ecossistema.

3 O PROTAGONISMO DAS MULHERES FRENTE À LUTA EM CONFLITOS AGRÁRIOS COM ENFOQUE NA LUTA PELO BABAÇU LIVRE NA COMUNIDADE LUDOVICO

Historicamente a condição da mulher sempre esteve ligada ao lar e ao matrimônio e seu reconhecimento social teve, invariavelmente, como referência a casa, a família, pois, suas obrigações estavam devidamente associadas a seus maridos, filhos, a produção e ao processo de socialização familiar.

Contudo, esse cenário começa a mudar de forma significativa com o advento da industrialização, quando as mulheres são chamadas para participar do mercado de trabalho. No mais, essa nova condição lhes possibilitou ampliar a luta por seus direitos, bem como promover mudanças nas regras socialmente estabelecidas. Dessa forma passam a garantir espaços no mercado de trabalho, reivindicando direitos reprodutivos, assim redefinindo normas através de suas práticas. (FISCHER, 2004)

Percebe-se, que em meio a todo esse longo processo, as mulheres passam a implementar mudanças no que se refere a forma de pensar a sua própria realidade. E que a participação delas na luta pelo acesso à terra no ambiente rural passa a criar condições de ruptura com o código hegemônico da relação de gênero. Passam a redefinir as regras sociais que conseqüentemente refletem no seu papel diante da sociedade sobre quem são e para que vieram. No mais a autora acrescenta dizendo que para as mulheres: “redefinir regras sociais a partir de suas práticas significa transportar-se à condição de sujeito para buscar reconhecimento político, o que implica, sobretudo, mudança de valores perpassado no código das regras que norteiam a sociedade”. (FISCHER, 2004, p. 18)

Por muito tempo as mulheres foram excluídas do relato da história, acorrentadas e relegadas à obscuridade da reprodução e do universo privado, quando todo esse período de obscuridade significou a sua confinamento “no silêncio do mar abissal” (PERROT, 2008, p.16). Tal condenação ao silêncio histórico ocasionou a pouca visibilidade das mulheres no espaço público, espaço que por muito tempo foi o único merecedor de interesse e relato na história sendo o silêncio, de acordo com Karen Mary Giffen (2016,p. 636, apud REBELO, 2012, p. 80) uma forma de controle social sobre a vida das mulheres, quando a constatação desse instrumento de controle faz urgir a ideia de que pessoal também é político, onde a vida da mulher era na grande maioria das vezes restrita ao lar, a família, ao casamento, e logo, se a mulher era pouco vista seria pouco ou nada contada na história.

Entende-se que repensar essa condição significa remeter a sua própria identidade, no contexto histórico, e sobretudo nos limites que a sua identidade cria. A partir do momento em que essas mulheres passam a questionar a sua condição de grupo subalterno na relação de gênero, que diz a elas que são apenas mães e donas de casa, descobrem que essa identidade vai além disso, descobrem que podem “navegar em outros mares”. Criam perspectivas de vidas, acreditando que podem e devem romper rótulos no que se refere ao código hegemônico que rege a sociedade. No mais, essa nova identidade faz com que as mulheres adquiram potencial para promover mudanças significativas na sociedade, conquistando espaço no mercado de trabalho bem como nas atribuições de um modo geral. (FISCHER, 2004)

O processo em que as mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho e a garantir seus direitos em meio a sociedade, não aconteceu de forma fácil. Pois, sabemos que a irrupção da presença feminina na historiografia é uma inovação do século XIX, que vem trazendo consigo mudanças, porém ainda persistiram silêncios quanto ao seu papel dentro da história sendo as mulheres relegadas ao esquecimento,

Um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e ainda mais, da história, este relato que por muito tempo “esqueceu” as mulheres como se, por serem destinadas a obscuridade da reprodução inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (PERROT, 2005, p. 9).

Diante deste quadro surgem questionamentos. Por que as mulheres foram esquecidas pela história? Como esse silêncio foi quebrado? A mulher realmente era invisível ou foi feita invisível? Esses questionamentos surgem a todo momento na história das mulheres. Para tentar respondê-los buscamos conhecer a história de mulheres, mas especificamente a história das Quebradeiras de Coco Babaçu da comunidade Ludovico, nos seus mais diversos aspectos, como o seu modo de vida, sua relação com a natureza, em especial com a palmeira do babaçu de onde tiram o sustento de si e de suas famílias e o poder que a atividade extrativa do coco babaçu exerce sobre a conservação da biodiversidade, na busca pela afirmação de novos direitos e na resignificação dos papéis determinantes do feminino em contraposição a um masculino. (REBELO, 2012, p.77-78)

Incluir as mulheres como protagonistas na história significa dar relevância as experiências já vividas no cotidiano, concedendo então espaços a novas maneiras de considerar o papel feminino nos processos de transformação social, fundando os pensamentos em sujeito concreto ao invés de idealizações abstratas como salientado: “Isto introduz um novo relativismo na análise, dando margem para a integração da experiência das mulheres na

história” (AGUIAR, 1997, p. 24), gerando então uma nova elaboração histórica, colocando a mulher como sujeito ativo desse processo de construção. (apud REBELO, 2012, p. 80).

É importante ressaltar sobre o que diz respeito ao silêncio das fontes, devido à pouca visibilidade, pouco se sabia das mulheres a partir delas mesmas, que além desse aspecto há a escassez de registro diretos, escritos e materiais (REBELO, 2012). A partir do momento em que elas eram retratadas por observadores ou até mesmo cronistas, que na maioria das vezes homens, esses relatos eram totalmente recheados de estereótipos, enquanto as mulheres eram imaginadas e representadas e não descritas ou contadas como os homens “ilustres”, ou então os “homens públicos”. (PERROT, 2008, p. 18)

Com as mulheres quebradeiras de coco babaçu não acontecia diferente, em contextos específicos, pois existem relatos estereotipados, que eram comuns antes do processo de organização em movimento que aconteceu em fins da década de 1980 e início de 1990. Essas mulheres por diversas vezes foram alvo da imaginação daqueles que descreviam a paisagem dos babaçuais e as incluíam como parte da paisagem e não como protagonistas e participantes do processo de produção, propagando a visão exótica da floresta, que prevalecia sobre o sujeito histórico de mulheres quebradeiras de coco babaçu, confundindo-as com a paisagem (REBELO, 2012, p 80)

Devido a todo esse processo de silenciamentos pelos quais as mulheres quebradeiras de coco babaçu passaram para serem devidamente reconhecidas, nasce então à vontade em se escrever uma nova história, sendo as mulheres protagonistas, abandonando o lugar marginal que lhes era destinado (REBELO, 2012): “É reinsserir na história e, portanto, desenvolver à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca” (BOURDIEU, 2002, p.2, Apud REBELO, 2012, p.81).

3.1 A participação das mulheres de Ludovico na luta pela terra

Nas próximas sessões será contada a história de luta e organização das mulheres a partir da experiência vivenciada e narrada pelas mulheres da comunidade de Ludovico.

Diante da situação de exclusão e de subalternidade as mulheres da comunidade Ludovico passaram a assumir o caráter de uma identidade coletiva na busca de desenvolver métodos que garantissem a elas o direito a espaço onde pudessem ter vez e voz, onde pudessem ser reconhecidas por sua identidade: mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Organizaram-se em movimentos de resistência e de luta pela conquista da terra, pelo babaçu livre e pela autonomia do processo produtivo. E apesar de protagonismo ser um substantivo

masculino, neste caso, será utilizado para expressar as qualidades das mulheres quebradeiras de coco babaçu da comunidade Ludovico que se destacaram na luta pela terra e pela libertação dos babaçuais. Durante esse processo exerceram papel importante no enfrentamento dos latifúndios que impossibilitavam o acesso ao babaçual nas áreas em que se autointitulavam donos.

Maria Alaídes Alves de Sousa (64 anos), relata que cansadas de serem oprimidas sentiram a necessidade de envolver-se na luta pelas terras onde encontravam-se os babaçuais. Passaram a reunir-se em clubes de mães para traçar estratégias de luta. A mesma conta que iniciaram o grupo com mais de cinquenta integrantes, mas muitas não conseguiram permanecer devido ao medo e ao não incentivo dos maridos, pois decidiram submeter-se as ordens de seus companheiros. Contudo, apenas trinta e poucas mulheres conseguiram seguir firme na luta, assim dando continuidade ao movimento. No mais, Maria Alaídes (64 anos) afirma: “me sinto uma pessoa, nesse sentido, realizada porque não fui só, fui com o marido, fui com a família. A família foi junto comigo, então não tive dificuldade nesse sentido”.

Além da organização nos clubes de mães as mulheres quebradeiras de coco babaçu também tiveram o apoio da associação municipal a AMTR, do sindicato que era a organização representativa de sua categoria que defendiam os seus interesses de trabalhadores rurais, e por fim, contaram com o apoio e a assessoria da igreja católica.

“Quando a gente fala em igreja é porque muitas de nós também fomos fazer curso catequético de catequista, aí a gente aprendeu mais do que as que ficaram em casa. E essa posição de algumas que hoje as pessoas chamam de lideranças que lidera é porque tem um pouquinho mais de conhecimento bíblico ou um pouquinho mais de conhecimento intelectual dentro da cientificidade que é um pouco aprender a ler e a escrever. E foi juntando o orgânico que é o dom de Deus que cada um recebe na hora da missão na hora de ir pra luta com um pouquinho da escrita da leitura” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

A entrevistada conta sobre as lideranças que foram essenciais para o desenvolvimento dos movimentos, lideranças que estiveram a todo momento engajadas na luta pelo acesso à terra e pelo babaçu livre. Ela cita o nome de três lideranças que para ela e outras mulheres foram fundamentais no processo de construção do movimento das quebradeiras de coco babaçu, que posteriormente serviu como exemplo. A primeira era Rosalina, que considera mulher inteligente que tinha o dom de tocar as pessoas com o seu jeito, com suas falas e que foi uma das primeiras presidentes da AMTR. As outras duas lideranças não eram mulheres, eram dois homens, quais sejam Vitalino e Inácio. Para ela

peessoas politizadas que sabiam fazer boas reflexões acerca das questões ligadas ao movimento.

“A gente começou com eles fazendo a condução de coordenar esses clubes de mães que a gente pensava que não sabia coordenar, e a gente também não tinha coragem de coordenar um clube de mães. Nem a reunião a gente tinha coragem. A gente fazia leitura e não sabia identificar a reflexão que trazia cada leitura. Mas com o passar do tempo cada uma de nós fomos tomando pé, mas não foi fácil. Foram muitos anos para a gente poder conduzir os trabalhos do grupo de mães, da associação. A gente teve acessória boa: a Igreja, COLPPALJ e a ASSEMA. A ASSEMA ajudava muito a sistematizar nossa fala, sistematizar nossa programação. Num tinha uma líder, era um trabalho coletivo, todas nós éramos líderes” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Segundo Fischer (2004, p. 19), são as oportunidades de participação no movimento coletivo que oferece as condições para questionar regras e construir novos valores que, através de um conjunto de ideias questionam a ideologia dominante. E ao longo do processo de luta pela terra as mulheres passam a praticar ações coletivas em busca de seus objetivos, passando a recriar um novo cotidiano. Passaram a reorganizar suas relações familiares bem como suas ações a partir das necessidades objetivas e imediatas, assim promovendo mudanças no percurso de suas vidas. Contudo, nota-se que “[...] no seio desse movimento a mulher (re) constrói sua identidade no confronto das forças sociais e ao construir novos valores através de um conjunto de práticas questionadoras da ideologia da relação de gênero na sociedade”. (FISCHER, 2004, p. 72)

Maria Alaídes (64 anos) ainda conta a forma como elas – quebradeiras de coco babaçu reivindicavam seus direitos e como foi a participação dela e de suas companheiras no movimento. Em seguida a mesma cita nomes de algumas mulheres que estiveram liderando o movimento dentro de suas comunidades, como Maria Anízio na cidade de Lago dos Rodrigues; Rosalina em Ludovico; Alda no Centro do Aguiar; Maria Andreлина (Dadi) em Pau Santo; Curta no Centrinho do Acrísio e a Marlene na Santa Zita.

“Eu tive participação sim. Mas não era como essa pessoa que chegava lá e vou articular rapidinho aqui e nessa articulação a gente vai tirar um encaminhamento. Eu sempre fui uma integrante quando no coletivo decidia ficar na frende de uma caçamba blindada nós ia pegada na mão uma das outras e ficava no meio da estrada segurando a mão uma das outras e dos filhos também. Perguntando por que a polícia andava empunho com a arma empunho no meio da rua pra cima e pra baixo; o que era que eles queriam e eles falavam que não queriam conversa com nós queria era com os nossos marido, e aí nós dizia que nossos maridos não se encontravam em casa e que nós tava respondendo por eles naquele momento, e eles perguntavam por que nós tava fazendo aquilo e nós dizia que é por que nós queria também saber deles, eles diziam pra nós... que aquilo era o pade que tava mandando nós fazer aquilo. A gente pegava o número da placa das caçambas que andava com eles em

cima, era uma forma assim estratégica de você tá lidando com aquela situação gerada, mas muitas de nós dizia que não existia um líder. Uma vez chegou uma carta aqui pra ser entregue pro Vitalino, finado Inácio. E todas famílias que o oficial de justiça encostava pra perguntar quem era ninguém conhecia. É como as mulher, não existia uma líder, existia um grupo, um grupo organizado muitas mulheres: Carmelita, Jocília, Dió [...]” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Segundo o relato de Maria Alaídes (64 anos), foi a necessidade coletiva de reivindicação da terra, de proteção da família que impulsionou as mesmas em ações coletivas na linha de frente dos conflitos de terra. Ao adotar a estratégia de proteção das lideranças do movimento as mesmas experienciam o sentimento de solidariedade e de proteção ao outro pregado pela catequese católica presente na comunidade.

Uma outra quebradeira de coco, Sebastiana Ferreira Costa Silva (59 anos) afirma que ela e suas companheiras foram protagonistas da história de luta pelo acesso livre aos babaçuais bem como ao acesso à terra na comunidade Ludovico, pois desde o início estiveram à frente de todos os conflitos juntas umas às outras.

“Era todo mundo junto mulher e home. Mas, quando vinha esses bandido os home tava escondido e quem tomava a frente disso era as muié, né. Era quem tinha a corage de enfrentar os policial, quem tinha a corage de enfrentar os bandido, né. Era quem ia negociar, era quem ia buscar o padre lá na comunidade do Centinho trazer pro Liduvico. Aí essas mulheres era Naná, Maria, Dió, Carmelita, era esse povo mais véi, né. Eu, Leonilde [...]” (Sebastiana Ferreira, 59 ano, quebradeira de coco babaçu).

Para reivindicar seus direitos Sebastiana Ferreira (59 anos) conta que começaram a fazer reuniões na Pastoral da Criança, pois lá discutiam inúmeras coisas, como as mortes de gestantes e crianças ocasionadas pelo tétano e eclampse. Contudo, começaram também a trabalhar junto ao grupo da Pastoral da Criança para buscar meios preventivos para diminuir o número de mortes dentro das comunidades. Depois vieram também receber ajuda de outros grupos: da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), Animação Cristã no meio Rural (ACR), Igreja Católica, AMTR, COPPALJ, ASSEMA, e por fim contaram com o apoio da Escola Família Agrícola que eram instituições que colaboravam com o processo de formação política das mulheres.

No intuito de preservar a vida, dada a perseguição e as violências sofridas, dona Diocina Lopes dos Reis (67 anos) diz que na luta era todo mundo junto e não havia um líder.

“Todas nós era liderança porque cada uma dava uma proposta, outra dava uma proposta e a gente terminava combinando com a melhor proposta que tinha, a proposta que dava pra produzir na nossa luta era a que nós apoiava. Aí não era só

uma pessoa, só que não tem que fazer assim, assim... Cada uma dava sua proposta, era na unidade mesmo, sempre a nossa luta foi assim” (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

A mesma relata que através dos movimentos sociais elas conseguiam reivindicar seus direitos. Contaram com o apoio de muitas mulheres, ao todo eram quarenta e uma mulher lutando incansavelmente por seus direitos. E entre tantas destaca-se o nome de algumas companheiras de luta que ao ver dela eram mais resistentes como Maria Alaídes, Carmelita Lopes, Sebastiana Ferreira (Moça), Nazira Pereira (Naná) e Leonilde Alves. Por fim, faz um breve relato de como faziam em meio aos conflitos.

“Mermã, a participação maior foi das mulheres porque nós tinha que tentar dialogar com os cabo que vinha que era da polícia, era tenente era o diabo a quatro. Era tanta da gente fardado que nesse meio eles traziam também os pistoleiro, sabe? Covardemente eles traziam os pistoleiros dentro, porque a intenção era pegar os maridos das mulheres e fazer as maldades que eles queriam fazer. Mas a gente se organizava muito e não deixava porque aí a gente ataiava os carro da polícia e chamava a atenção deles. Vamo sentar. vamo conversar. O que vocês querem? E esse tipo de coisa. A outra coisa também que foi participação muito boa de todas as mulheres foi na questão de reivindicar os direitos. O fazendeiro que era o véi Coitin, nós fizemos uma comparação: nós nascimo e se criemo aqui, Coitin chegou, ele disse que nós era invasor. É invasor quem chegou ou quem nasceu e se criou aqui? Então, sobre isso aí a gente começou escrevendo texto, escrevendo documento e enviando pra justiça, né. Apesar de saber a justiça de nosso país é lenta demais. Lenta, né. Assim, até agora o que eu venho observando os nossos magistrado é de dar dó. Parece que eles estudaro, mas não aprendero. Gente porque não fazem justiça correta? Só fazem ilegal. Porque foi muito que sofrimo aqui” (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

Em meio a fala de Diocina Lopes (67 anos), popularmente conhecida como Dió, notamos que as mulheres foram fundamentais para que o processo de conquista da terra e do coco babaçu viesse acontecer. De fato, os momentos enfrentados pelas mulheres não foram fáceis, muito pelo contrário, foram momentos de extrema violência, dor, perda, mas também de reforço a cumplicidade, amizade e amor, que contribuiu para fortalecer o movimento das quebradeiras de coco babaçu, que lutavam por seus direitos e que acreditavam que poderiam ir além dos rótulos que lhes eram impostos. No mais, além de lutar e defender ferrenhamente aquilo que acreditavam e de se colocar a frente dos conflitos para garantir a proteção de suas famílias, tinham também que lutar para permanecer no seu próprio local de origem.

Por fim, Sebastiana Ferreira (59 anos) conta que no início da trajetória da luta não contaram com muito apoio e que tiveram que tomar muitas decisões por conta própria. E hoje sente-se preocupada com o legado que ela e suas companheiras construíram. Preocupada em quem vai dar continuidade a luta, pois já estão com uma idade cronológica avançada, sentem-se cansadas.

“A minha preocupação de saber pra que mão nós vamo deixar o nosso movimento. Quem vai se preparar pra conduzir? Porque não pode deixar uma história tão longa, tão bonita, que não pode ser bonita aqui, aqui na região, mas aí pra fora a nossa história é uma história muito bonita, muito refletida. Quando você sai daqui de São Luís pra frente você é bem recebido, você é bem visto, coisa que aqui ninguém reconhece. Mas aí a gente espera que a juventude de hoje comece a se integrar junto a nós pra quando a gente se for ter alguém pra dar conta de continuar” (Sebastiana Ferreira, 59 anos, quebradeira de coco babaçu).

É compreensível a preocupação de Sebastiana Ferreira quando se trata de quem irá dar continuidade a essa história de luta que as mulheres construíram ao longo dos anos. Atualmente dentro da comunidade há pouquíssimos jovens comprometidos com a causa das quebradeiras de coco babaçu, o que tem gerado essa preocupação. Isso acontece devido à falta de incentivo e a falta de oportunidade de educação e trabalho dentro da própria comunidade, que acaba fazendo com que esses jovens migrem em busca de alternativas como o trabalho na indústria algodoeira no Estado do Mato Grosso. Se sujeitando inúmeras vezes a um trabalho escravo.

Para enfrentar essa situação de preocupação com a continuação do legado, o MIQCB tem desenvolvido, de forma inovadora e pioneira, o projeto Pindova¹¹, ele tem o objetivo de promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu, bem como gerar oportunidades de empregos para os jovens de suas comunidades, no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

Sebastiana Ferreira (59 anos) ressalta que quando um jovem se interessa em fazer algo voltado para a comunidade, algo que conte as histórias das quebradeiras de coco babaçu é de extrema importância. Contudo, a mesma percebe que este trabalho que está sendo desenvolvido é muito importante, pois assim ajudará outras pessoas a conhecer e a perceber a relevância da história das quebradeiras de coco para a comunidade, para as mulheres, jovens, crianças, e para as futuras gerações. E ainda completa dizendo que é gratificante poder contribuir para tal, e que ainda pode haver esperanças de que a sua luta e de suas companheiras não tenha sido em vão e nem ficará esquecida no passado. Com isso acredita que os jovens, assim como eu, podem sim dar continuidade a essa história.

¹¹ O projeto Pindova é uma proposta do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que vem elaborando parceria com o NCADR – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Da Universidade Federal do Pará. Contudo o projeto é uma ideia que busca unir mulheres experientes na luta cotidiana pela vida digna nas florestas de babaçual com jovens que querem transformar seus futuros com oportunidades de escolhas nas suas comunidades rurais. Pindova é a palha mais nova da palmeira de coco babaçu. <<http://www.miqcb.org/projeto-pindova/pdf>>

3.2 As origens da organização dos enfrentamentos das mulheres em defesa da vida em Ludovico

Para pensar alternativa de enfrentamento da situação de disputa pela terra e da condição de subordinação das mulheres, Maria Alaídes (64 anos) fala que as mulheres começaram, para além da organização em clubes de mães, em campanhas para adquirir fossas sépticas e filtros de água, em campanhas de aleitamento materno, fazendo cursos de capacitação de corte e costura, onde começaram a produzir calcinhas para vender entre si. Criaram também horta no quintal da igreja para tentar desenvolver um trabalho coletivo para a partir dali aprender a trabalhar em mutirão.

“A gente se organizou fazendo desmembramento das mulheres que era independente dos maridos no sindicato e pra gente desmembrar elas de independente do marido associando no sindicato tinha que fazer mutirão, cada dia da semana a gente associava uma de nós no sindicato pra gente ter o sindicato próprio da gente, e teve um determinado momento que já se pensava em fazer participação da mulher nos conselhos” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Maria Alaídes (64 anos) argumenta que no primeiro momento ela e outras mulheres organizaram-se em prol da saúde, pois sentiram a necessidade de ter alguém que pudesse representar os seus interesses dentro da Comissão Regional de Saúde (CRIS) que existia em Pedreiras-MA (município vizinho a Lago do Junco e Lago dos Rodrigues).

“Na época morria muita mulher de parto, com pressão alta, com eclampse, com hemorragia interna. Morria muitas crianças desnutridas e isso fez com que ter essa grande articulação em nível de dois municípios, que foi Junco e Rodrigues. Pra criar essa associação tirar essa representação pra lutar por nós na saúde, no direito da saúde e lutar também pelo acesso livre que a gente chamava derrubada de palmeira” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

No dia 14 de maio de 1989 Maria Alaídes (64 anos) fala que elas criaram a associação como forma de se organizar para poder lutar por melhores condições de vida. Para elas a luta teve duas linhas de trabalho traçadas: a primeira foi a luta para não derrubar as palmeiras e a segunda foi a luta pela saúde, pois, segundo ela essa organização estava devidamente assegurada pelo sindicato, pois elas já começavam a se enxergar como trabalhadoras rurais. Ressaltando que a identidade extrativista de quebradeira de coco babaçu se deu a partir da formação social que ocorria durante os encontros dos quais participavam e que a autoaceitação veio ser potencializada em meio as trocas de experiências entre elas e por

meio das parcerias que tinham com algumas organizações, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), CONTAG e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Maranhão (FETAEMA).

“Com a criação da ASSEMA, com a participação de grandes conferências a gente foi aprendendo a se descobrir com a identidade de mulher que quer ocupar o espaço, de mulher que não quer viver dentro de um sistema de submissão do marido, de mulher que tem sua autonomia de gestão de administração. A partir dessa forma organizativa da nossa unidade foi que a gente foi pensando como produzir, que aí a gente não aguentou mais dizer que ia produzir sabão ou que ia produzir coco pra comprar o que comer com a coco preso e a terra presa. E nós acampamo o embate” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Diante das dificuldades existentes no que tange a sua sobrevivência bem como a de sua família, as mulheres sentiram a necessidade de lutar para garantir os seus direitos, direito a uma vida digna sem opressão e com a total liberdade de expressar a sua identidade de mulher quebradeira de coco. Maria Alaídes (64 anos) relata que para isso acontecer foi preciso as mulheres irem à luta de forma coletiva para que pudessem obter algum resultado. Dessa maneira, ela faz um breve relato de como ocorreu esse processo.

“O embate era esse: os homens (jagunços) estando derrubando de machada e a gente vai lá um monte de mulher pedir para parar. Depois dos homens está derrubando de trator vai lá outro monte de mulher pede para parar. Aí dá vez que a gente foi pedir para parar, pra derrubar justificando que a gente tinha só aquilo pra viver só aquilo pra criar os filhos, só aquilo pra comer. Eles disseram que era por que a gente não tinha televisão. Para que parir tanto menino sem poder criar?! E que eles não queriam conversa com nós, que eles queriam conversa era com os marido da gente. E aí foi que a gente voltou todo mundo (**as mulheres**), tudo quase desenganada desesperada por que achava que não ia dar jeito. Que era as palmeiras caindo sem parar e o poder do latifundiária crescendo. Que na época a UDR que era a União Democrática Ruralista estava dominando com seu poder econômico com o seu poder de opressão, escravização. E aí os maridos resolveram também dizer que não queria lutar com nós somente pelo coco babaçu, mas lutar também pela terra” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Esta mesma liderança complementa falando que a partir desse embate foi que elas iniciaram a luta pela terra nos anos de 1986 a 1987. Somente em 1987 com a grande repercussão do movimento de luta foi que deram início às negociações. A partir de quinhentas hectares o órgão responsável por fazer a negociação era o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e abaixo de trezentas hectares ficava por conta do órgão estadual ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão).

Assim como Maria Alaídes (64 anos), uma outra moradora da comunidade também relata a sua história e o que vivenciou em meio a luta pelo coco babaçu e pela terra na

comunidade Ludovico. Diocina Lopes (67 anos) conta que até o final do ano de 1979 a quebra de coco para elas não era tão ruim, mas a partir da década de 1980 a 1989 as coisas começaram a mudar, o trabalho passa a ser realizado permeado por situações de humilhação, eram perseguidas e ameaçadas. A mesma conta que essa luta não é de agora, pois aos sete anos de idade já presenciava sua mãe lutando, confrontando os jagunços dos fazendeiros nas terras onde se encontrava os babaçuais. Entretanto, ressalta que a luta de sua mãe não foi tão intensa quanto a dela e de outras mulheres décadas depois, e que todo esse processo de luta não ocorreu apenas na comunidade, mas também reconhecia que ocorria de forma semelhante em outras regiões. Ressalta ainda que a grilagem dominou todas as regiões de forma abusiva e violenta não dando oportunidade de sobrevivência para elas e suas famílias. Sofreram mais ainda a partir do momento que privatizaram o coco babaçu e a terra.

“Não tinha terra para trabalhador botar uma roça não, alguns que ainda rendavam um pedacinho de terra, mas o lavrador já plantava o arroz e o milho..., mas já com o gado empurrando, o gado dentro. Tinha muita terra mais só para gado, pra gado. E era assim! [...] o babaçu eles se auturizaram de uma forma de não deixar a gente quebrar né. Eles arrendavam, ficavam com o babaçu todo e só arrendavam para a gente quebrar passando a metade do babaçu que a gente quebrava pra eles né. E aí não estava dando para sustentar não. Se a gente ia pegar quebrar coco lá eles tomava o babaçu da gente o coco e jogava por cima. Era uma agressão física tão braba com a gente. A gente passou muita fome por conta disso, andava quase nu porque era uma muda de roupa que a gente tinha, duas, uma de trabalhar e outra de vestir em casa quando tomava banho. Os filhos da gente tudo sofrendo em consequência por não terem o que comer, que tinha vez que ninguém comia por que não tinha para comer não, e quando a mulher ainda era bem quebradeira, quebrava 10 kg de coco e comprava de arroz. Uma casa de filho 6,7, 10 filhos, 1 kg de arroz, dava?” (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

Diante das inúmeras dificuldades, as quais ela e outras mulheres estavam sujeitas, ela e outras acabaram se unindo para lutar por seus direitos. Em 1983 elas começaram a se mobilizar para de fato dar início ao processo que chamam de “luta pela terra e pelo babaçu livre”.

“A gente começou porque cada mulher quebrava coco se queixava, né. Óia era tomado o machado, aí vou nem jantar, sei nem o que vou fazer pros meu filho que o cara derramou meus coco aí o que eu juntei não dá pra comprar nada. E era essa humilhação toda. E aí a gente resolveu, foi [...] Até porque a gente teve umas orientações da igreja, né. Nas celebrações o padre quando celebrava a missa disse assim: “vocês também tem direito de viver, vai depender de vocês, vocês tem é que se unir, se vocês irem pro mato só de uma agora vai de duas, de três, de dez, de quinze, agora vocês não vão mais só porque é perigoso até eles matar. Se une, se unem!”. Aí ele fez uma comparação, disse ó, você pega um fecho de talo e bota assim junto e vê se vocês quebram, num quebra! Mas se você pegar só um talo só um palito você pega e quebra. Pois é isso que ta acontecendo. Aí nós fiquemo assim imaginado, rapaz nós vamos agora de [...] Ai nós ia de grupo, aí lá nós enfrentava o capataz ne. Rapaz nós botava era pra correr. (nesse momento dona Dió rio) A união

mudou né, porque aí a gente se preparou mesmo. Ha, é bom é unido, aí a gente começou a se unir na comunidade, todas as quebradeiras ne, e discutia os direitos, quais são os nossos direitos também, e teve momento que nós tivemos que ultrapassar o limite fazer lei valer na marra” (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

Diocina Lopes (67 anos) fala que somente em 1984 foi que ela e outras mulheres começaram a se articular nos grupos de mães, reuniam-se para discutir o que teriam que fazer com relação ao movimento de luta, bem como buscar os seus direitos. A partir disso passaram a trabalhar juntas dentro da comunidade, passaram a pensar alternativas para diminuir a mortalidade infantil que era extremamente elevada. Contudo, diante das agressões que vinham sofrendo decidiram em 1987 enfrentar os fazendeiros que se intitulavam proprietários da terra.

“Foi preciso à gente enfrentar porque aí era trator derrubando as palmeiras, era pistoleiro com muita arma perigosa, e nós com a coragem a cara e a fé em Deus. Derrubaram muita palmeira. A gente foi lá e cendeu umas velas nas palmeiras que tinham derrubado. O cara vê e perguntou por que nós fazia aquilo, disse que é porque aqui é cada mãe de família que vocês estão matando. Aí eles temeram um pouco isso aí né. Voltaram e falaram lá com o patrão, só que o patrão disse que não obedecia isso não. E aí fortaleceu aí muito mais, eles derrubaram muito mais. Só que depois eles temeram muito, porque a gente ia pra frente, eles com medo de atingir a gente não sei, e a gente implorando o possível até que eles pararam um pouco de derrubar as palmeiras, mas eles disseram que nós não queria palmeira que nós tava querendo era terra. Aí nós falamos pra eles assim tanto pro gerente ne como pros pistoleiros: bom, terra nós precisa também pra trabalhar porque nós quebra o babaçu e a terra a gente coloca a roça e produz o arroz o milho o feijão, mandioca. E explicamo tudo pra ele, mas no momento estamos querendo pelo menos o babaçu, mais aí lá eles despeitaram com nós dizendo que nós queria era terra, pois dessa forma nós vamos querer a terra também” (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

Ainda no ano de 1987, a mesma relata como era o dia a dia em meio aos conflitos:

“Foi uma batalha pesada, 500 tiros de manhã meio dia e a tarde. De manhã eles escolhia a hora que a gente podia ter um chá pra tomar, fazer uma comidinha, uma merendazinha pro filho né. Aí ficava logo todo mundo distrenado porque era 500 tiros chega ficava uma fumaça preta. Aí quando dava meio dia que era hora de uma comidazinha que a gente podia arrumar pra dar pro filho era outros 500 tiros, 6 horas era outros 500 tiros, e assim foi essa batalha toda. Maneirou pra nós já no final de [...] no início de janeiro de 1988” (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

3.3 Os conflitos vivenciados e as conquistas alcançadas pelas mulheres da comunidade Ludovico

Assim como muitas outras mulheres que se engajaram na luta pela terra, as mulheres da comunidade Ludovico tiveram que lutar para conseguir ter acesso ao coco babaçu bem

como a garantia do direito à terra para que conseqüentemente pudessem produzir seus alimentos para suprir as necessidades básicas de suas famílias. Ao longo do tempo, como já registrado, passaram por inúmeros desafios, que lhes serviram para fortalecer o seu movimento.

De início Diocina Lopes (67 anos) fala que o objetivo das mulheres era lutar pela preservação e pelo acesso livre aos babaçuais, mas que a partir de um certo momento sentiram também a necessidade de lutar pela terra que era extremamente importante, pois com a terra elas teriam espaço para o plantio da roça para poder tirar a sustentabilidade de suas vidas, bem como a de suas famílias. Entretanto, diante do cenário de muitas privações, ela ressalta que não foi simples conseguir tal objetivo, “[...] na verdade a gente teve que negociar. Foi muita negociação, foi muita luta”. Em 1989 a negociação de terra acalmou-se um pouco. O governo passou a agir, comprou uma parte da terra e chamou os trabalhadores para que fosse renegociada entre eles.

No mais, Diocina Lopes (67 anos) nos diz o seguinte:

“A luta da gente também era muito mais pelas palmeiras, porque dela foi que tiremo nossa sustentabilidade. A terra é muito importante porque lá a gente tira arroz, milho, feijão, mandioca... Toda a produtividade que o trabalhador necessita na terra a gente produz. Mas eu como quebradeira eu luto muito mais pelas palmeiras. Eu posso até não dar jeito, mas porque a gente é teimosa mermo na luta pelas palmeiras, até porque eu considero a palmeira como uma mãe, né. Sabe uma mãe produtora, uma mãe criativa, uma mãe que cria os filhos. Porque uma palmeira ela com cinco cacho de coco, porque tem palmeira que coloca cinco cachos, mas com um cacho de coco a palmeira dá pra muitas quebradeiras, porque eu passo eu pego coco, pego dois pego três, outra passa pega três, que ela vai caíndo e assim [...] É uma mãe! Óia, se vocês forem olhar, é comparável gente, uma mãe ela amamenta 10 filhos em dois peito, e a palmeira? Com dois cacho de coco ela dá pra milhares de filho, não é nem só pra 10” (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

No relato exposto é possível compreender que a relação das mulheres quebradeiras de coco babaçu com a palmeira e uma relação que extrapola os níveis das garantias da sobrevivência e se aproxima da simbologia dos afetos entre mãe e filho. Assim a floresta do babaçu assumiu uma importância não apenas econômica na vida das mulheres, mas também cultural.

Diocina Lopes (67 anos) fala que todo trabalho feito em conjunto surgiu em meio as necessidades que passavam. Todos os dias elas sofriam agressões física e moral dos vaqueiros. E ao perceber que todas estavam sujeitas a passar por isso trataram de se organizar para então dar continuidade a luta por seus direitos.

Uma outra moradora da comunidade Ludovico faz um relato sobre as condições de trabalho em que ela e outras mulheres passaram durante os conflitos. Ela diz que diversas

vezes eram obrigadas a entregar a metade de suas produções para poder ter acesso a propriedade onde encontravam-se as palmeiras.

“A gente trabalhava assim quase que um trabalho escravo. Eles queria que a gente quebrasse o coco de metade, que eles botasse lá no barraco e a gente fosse quebrar pra ganhar [...] além de ser a meia, ainda não tinha direito na casca. Aí a gente viu uma necessidade de estar se engajando nessa luta pra que esse babaçu fosse livre, porque ele sendo livre [...] assim, a gente tem a consciência que ninguém prantou, que ninguém regra, que roça porque eles estão roçando é o pasto deles e que o nosso babaçu bota na solta roçada mais também bota lá dentro do mato” (Sebastiana Ferreira, 59 anos, quebradeira de coco babaçu).

O relato de Sebastiana Ferreira (59 anos) corrobora com os demais, indicando que diante de tanta violência ela e outras mulheres passaram a se articular, buscando formas e parcerias para enfrentar a situação que estava insustentável, pois queriam ser respeitadas e livres para produzir e usufruir dos frutos de seu trabalho.

“A gente teve a coragem de brigar por essas palmeira, teve a corage de dizer não derruba mais que nós depende desse babaçu, que nós vive desse babaçu, que a gente veste, que a gente calça, que a gente come, que compra o remédio, né? Então foi uma luta que a gente teve. Que espera não voltar mais da forma que foi, né. Que sempre vai aparecer lutas e mais lutas diferente, mas a gente não quer mais chegar aquele ponto de que você tinha que acontecer isso, quebrar 10 kg de coco pra comprar 1 kg de arroz, que isso aconteceu muito” (Sebastiana Ferreira, 59 anos, quebradeira de coco babaçu).

A fala de Sebastiana Ferreira (59 anos) reforça a tese de que para muitas das mulheres quebradeiras de coco babaçu a atividade extrativa era a única fonte de renda da família. Contudo, demonstra o orgulho de ter, juntamente com outras mulheres feito parte da defesa e preservação das palmeiras de babaçu, pela terra e por uma vida digna, especialmente quando detalha como ocorreu o processo de luta.

“Então, tavam derrubando as palmeiras todas aqui na área do Cachimbo, e aí a gente [...] quando derrubaram mermo quase tudo, aí a gente, e agora? O que nós vamo fazer? Porque terra pra trabalhar de roça num tem, derrubaram a onde era a fonte mais rica em babaçu. Como que vai acontecer agora? Aí a gente disse: pois a gente não vai mais lutar só pelo babaçu, a gente agora vai fazer essa unificação da luta por terra junto ao babaçu pra poder ter aonde trabalhar pra tirar o sustento pros filhos. Só que na época a terra que tava sendo devastada era o Cachimbo, e quando foi a negociação que iniciou-se as greves, e a greve e aí que foi pra negociação a terra já ficou aqui pro Sitio Véi, né? Ele (Coitim) não quis abrir mão da terra aqui do Cachimbo porque disse que era frente, então ele dava terra do Sitio Véi. E aí a gente travou essa luta, e essa luta foi resistente por sete mês. Aí nessa luta a gente não perdeu companheiro, sofrimo muito, não perdimo os companheiro, mas ainda teve sequestro de duas pessoas nessa luta que foi do Rube nessa luta que era que juntou unificou um monte de luta de conflito na merma época era o Bertulino, era o Somanuel, era Centro do Aguiar, o Pau Santo tinha terminado de passar, mas juntou tudo, ne. E aí houve esse sequestro por parte do [...] dos pistoleiro que foi o Rube

do aqui [...] do Bertulino, e o Riba Cearense que foi na época do daqui né? Que aconteceu. Os bandidos pegaro e conduziru que era pra matar, mas a gente confia muito em Deus e num deu pra acontecer, de certa forma Deus entrou no mêi e deram um jeito e sumiro, né” (Sebastiana Ferreira, 59 anos, quebradeira de coco babaçu).

Ao lembrar a angustia que passaram durante a devastação dos babaçuais, Sebastiana Ferreira (59 anos) fala que na época as mulheres tinham apenas o coco como fonte de renda, já que não possuíam terra para o plantio de roça e o cultivo da agricultura de sequeiro (arroz, milho, feijão e mandioca). Em meio a tanta violência as mulheres quebradeiras de coco babaçu dessa localidade compreendem que a terra é o bem que garante a sobrevivência de quem vive no campo.

Segundo Santos (2014) os conflitos sociais têm o poder de envolver grupos sociais que originalmente não participavam da disputa, mas que, em razão de valores utilitários ou morais, acabam por tomar posição frente ao embate coletivo. Ao longo da história, observa-se que os conflitos sociais foram e são analisados de diversas formas, cuja conotação varia de positiva a negativa, englobando uma infinita área cinzenta entre os polos. No mais os conflitos sociais também podem se manifestar de diversas formas, por meio de passeatas, greves ou até por luta armada com vistas a uma revolução, como se observa no conflito ocorrido entre os fazendeiros e as quebradeiras de coco, que gerou ação violenta por parte dos fazendeiros, ocasionando muito sofrimento.

Durante meses as mulheres tiveram que lutar dia e noite, incansavelmente, colocando-se à frente dos perigos para poder conquistar o que tanto desejavam: terra para trabalhar e o acesso livre a palmeira do babaçu. Os conflitos não aconteceram de forma isolada, pois com o passar do tempo foram surgindo outros desejos, surgiram novas reivindicações, inclusive por melhores condições de vida que acabou fazendo com que comunidades vizinhas se engajassem na luta também.

Maria Alaídes (64 anos) destaca que a luta não foi fácil, que a convivência entre quebradeiras e fazendeiros não era nem um pouco agradável.

“Era uma convivência de medo. Eles (capatazes) reprimiam tomando os pacará, tomando os machados, estalando pinhola perto da gente quando a gente não corria. Era uma dependência de quando não queria ir quebrar os cocos ia se obrigar quebrar de metade na casa deles. Vendendo a metade pra eles mesmo que no fundo não rendia nada economicamente. A gente precisava quebrar 10kg de coco pra comprar 1kg de arroz e aí isso é como se fosse [...] O que eu ficava só dava pra comprar meio kg, 5kg já ficava com ele. Então era uma relação meia de constrangimento, de medo, de angustia, de dor” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Como resultado da luta pela terra, vem também a criação da Lei do “Babaçu Livre”, que acontece quando as mulheres não detinham liberdade de quebrar e coletar o coco babaçu. (SILVA, 2018, p. 69).

Sobre a Lei “Babaçu Livre” municipal de Lago do Junco – MA, Sebastiana Ferreira (59 anos), fala como se deu o processo gradativo de construção coletiva da lei citada.

“Olha essa lei ela foi discutida na AMTR, e na época a vereadora era a Zélia, ne. E aí juntou aí umas mulheres e aí levemo e ela foi aprovada. Mas ela foi aprovada com dois artigo que era só não podia derrubar as palmeira, tinha outro artigo e depois a gente sentou e viu que [...] que essa não tava boa essa lei. Então a gente pensou aperfeiçoar ela, aí na época já não era mais a Zélia, já era a Maria Alaídes. Aí a gente sentou com advogado com um monte de gente lá na ASSEMA, e aí comecemos a discutir a fazer emenda a botar enciso, a botar um monte de coisa, né, que não tinha, aí dessa vez ela ficou melhor. Se eu não me falho a memória ela ta com 14 artigo, e dentro desses artigo tem os parágrafo e que entrou mais coisas, entrou a derrubada da palmeira, da queimada, o envenenamento, o corte do cacho ne. Que entrou tudo nessa lei, tem mais coisa que eu não tô conseguindo me lembrar. E aí ela passou a ser uma lei, a lei melhor de 14 município que tem aqui na região a mais perfeita é a nossa. Sabendo que a gente tem que mexer nela de novo, porque aí depois que ela foi criada aí foi aparecendo coisa nova, foi aparecendo esse veneno perigoso, foi aparecendo os arado que não tem nela que na época não tinha. E aí a gente já ta pensando como nós vamo fazer pra ta mexendo nela, pra ta incluindo mais esses outros elementos que vem apareceno né. Ela foi uma fortaleza pra nós pra preservação do nosso babaçu, só que a gente acostuma dizer que a lei aprovada no papel se não ir pra pratica, se as quebradeiras não ir pra pratica quando ta acontecendo as derrubadas é mermo que não ter lei, que é isso que acontece em muito município daqui da nossa região, tem a lei mas as quebradeiras não vão pro embate quando tão acontecendo. E essa lei a gente já pegou cópia dela, já entregou pra fazendeiro, e que fazendeiro esnoba dizendo que não vale nada, que sono muito egoísta que não pensa neles. Mas ela tá aí, e ela foi muito boa, ne? Ajudou muito a gente nessa conquista de preservação do babaçu” (Sebastiana Ferreira, 59 anos, quebradeira de coco babaçu).

A Lei Babaçu segundo Maria Alaídes (64 anos) surgiu então a partir da “lei na marra” dentro de um aspecto social que olhava também para os problemas que elas, quebradeiras de coco babaçu, vivenciaram desde o coco preso; as derrubadas de palmeiras; a venda de coco inteiro; a utilização de agrotóxicos para matar as palmeiras que estavam nascendo. Com isso, procuraram transformar cada uma das dificuldades em alternativas, onde elas mesmas escreveram uma “minuta”, para ser enviada a câmara de vereadores para que as comissões existentes, como a de constituição e justiça e de orçamento, pudessem analisar.

A quebradeira de coco ainda fala que a partir do momento em que enviaram a “minuta” para a câmara, começou então a correria para mobilizar as mulheres para se fazer presente no dia da sessão que ocorreria a votação da lei, para que cada uma dessas mulheres pudesse olhar para o rosto de cada um dos vereadores para ver se algum deles teriam a coragem de votar contra a “Lei Babaçu Livre”.

“E a gente levou 2 ou foi 3 camião chei de mulher, e sentaram no chão da câmara e ficaram olhando eles dizer que a lei era imoral, que era inconstitucional, e que eles iam votar, mas que sabendo que ela não ia ter uma relevância institucional e constitucional por que existia a leis de terra da década de 64 que era a lei Sarney, de terra do Sarney que não podia existir acesso livre por ser dentro de propriedade privada” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e.....).

A mesma acrescenta que esse histórico problemático da lei serviu para as quebradeiras de coco babaçu colocarem em prática o primeiro artigo da lei, que dizia o seguinte: Fica permanentemente proibido o corte da palmeira; fica também proibido o uso de qualquer tipo de venda de coco inteiro; fica também proibido queimar o coco inteiro; fica também proibido qualquer tipo de plantio que venha prejudicar o desenvolvimento das palmeiras jovens e adultas no babaçual. As quebradeiras de coco foram criando os artigos a partir dos problemas em que elas vivenciaram.

“Daí por isso foi aprovada e o prefeito da época que foi o Riba Arruda sancionou e ela serviu de experiência pra outros municípios criarem essa lei. Eu fui muito chamada pra outros municípios pra gente apresentar a ideia e lá a gente se juntava com os clube de mãe, com as associação municipal, com o vereador que era ligado a esquerda mesmo que não fosse do PT mas que defendia a esquerda pra poder [...] Nós ainda fomos em Codó, numa sessão lá, só que dessa vez não deu pra aprovar, por que lá ainda foi criado foi duas associação grande de mulheres quebradeiras de coco, pena que é duas não teve unidade, e pena que não existe uma lei por conta da fragmentação delas. E aí a gente tá atuando lá como movimento. A gente foi fazer um encontrinho lá, naquela associação que tem lá, acho que é Codó Novo, né? E lá meu nome foi indicado pra coordenadora do MIQCB, e aí nas datas de 7 a 9 de fevereiro no encontrão no Pará elas me elegeram como coordenadora geral do movimento interestadual, e a gente tem três linhas de trabalhar que é Terra e Território, Acesso Livre, e Juventude, aí a gente vai tentar voltar a fazer essa discussão nos municípios. Agora recentemente até sexta-feira a gente vai fazer o planejamento, e esse planejamento vai dar um norte pra gente de como a gente vai fazer esses acompanhamentos regionais que Codó é um deles” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Com a projeção da luta e organização do grupo de mulheres quebradeiras de coco babaçu da comunidade Ludovico elas foram reconhecidas internamente no movimento, ocupando cargos de direção.

Diocina Lopes (67 anos) ressalta que depois que elas conquistaram o direito à terra e ao babaçu livre, criaram então a Associação de Mulheres Trabalhadoras, a partir daí começaram a trabalhar ainda mais a questão da unidade. Passaram a desenvolver ideias para como estabelecer convivência menos agressiva com os fazendeiros.

“A gente começou a trabalhar essa questão da unidade de educação. Vamo trabalhar a educação de quebradeiras e proprietários, que foi um desafio que até hoje ainda é

um desafio por compreensão do proprietário, ne, porque na época era obrigado a gente cortar arame, era obrigada a gente cortar estaca, sabe? Aí era errado, não tem como. É erro a gente invadir, cortar acerca do proprietário, mas a gente fazia obrigado, era obrigado a fazer não tinha ôto jeito. E depois que eles aceitaro liberar as terras pra gente poder entrar pra apanhar coco não tinha mais confusão com a gente, ai a gente começou a trabalhar a educação a compreensão da quebradeira e do proprietário. A quebradeira não cortar mais arrame, cortar estaca, e o fazendeiro não deixar mais o vaqueiro dele né, que é o capataz que se chama, agredir atacar a mulher dentro da solta, mais ninguém. Ficou tudo livre, o babaçu ficou um acesso livre pra nós quebradeiras”. (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

A mediação dos conflitos, segundo Santos (2014), acontece por meio das manifestações de um grupo expressivo da sociedade, seja para garantir a ação coletiva propriamente dita seja para amenizar o conflito frente a opinião pública.

Santos (2014) ainda fala que os conflitos, na prática, podem variar bastante, chegando a casos extremos, como os ocorridos com Chico Mendes e com a missionária Dorothy Stang, assassinada no Estado do Pará. Os atentados à integridade física nos embates não necessariamente expõem as demandas dos grupos, mas remete à conclusão de que nem todo conflito terá força política para entrar na agenda pública e política, sendo ele extremo ou não. Daí as necessidades das quebradeiras de coco babaçu em dar visibilidade a situação em que viviam.

Nesse sentido a construção de um acordo entre as quebradeiras de coco e os fazendeiros foi essencial para que se pudesse ter uma boa convivência de ambas as partes. Tal acordo não foi feito e nem aceito de uma hora para outra, houve muita rejeição por parte dos fazendeiros. A intenção dos mesmos não era ajudar, muito menos facilitar a vida das quebradeiras de coco e sim em dificultá-la em todos os sentidos.

Por muito tempo as quebradeiras buscaram conversar com os fazendeiros para conseguir um acordo, mas por muitas vezes fracassaram, eles sempre respondiam com ignorância e deixavam claro que não queriam acordo algum. Foram muitos os desafios pelos quais as mulheres passaram, no mais persistiram e resistiram inúmeras vezes até conseguir convencê-los que o acordo seria benéfico para os dois lados, deixando explicito que não aceitariam mais abusos, agressões e desrespeito, assim os fazendeiros não precisariam mais se preocupar com as “invasões” em suas propriedades, assim ambas as partes poderiam viver sem preocupações.

4 QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE LUDOVICO: da negação ao autorreconhecimento de suas identidades

Através da narrativa de mulheres que vivenciaram o processo de luta pela terra e pelo babaçu livre na comunidade Ludovico, Município de Lago do Junco-MA, foi possível conhecer a luta histórica das mulheres por reconhecimento de si enquanto um sujeito ativo que demanda reconhecimento dos seus interesses tanto do ponto de vista individual quanto do reconhecimento coletivo de suas capacidades e habilidades de existir e produzir. São situações vivenciadas por mulheres durante o final dos anos 1980 que motivadas por suas angústias comuns se mobilizaram e se organizaram para enfrentar os conflitos agrários da região.

A moradora e liderança Maria Alaíde (64 anos), casada, avó de cinco netos, mãe de sete filhos, nascida e criada na comunidade, relata que sua identidade na década de 1980 foi sempre uma identidade negada pela vergonha, pelo medo e pela forma como se expressava. Para ela a superação veio a partir da luta denominada “**lei na marra**”, onde buscaram enfrentar a privatização, quebração do coco de metade, pela carestia, pela falta de oportunidades na educação, na saúde e na convivência social. Para ela e outras mulheres a sobrevivência se dava de forma precária a partir de:

“Comer arroz de manhã, no almoço e feijão bebido à tarde ou vice versa. Nunca tinham dinheiro para comprar duas coisas ao mesmo tempo, isso em função da falta de terra para trabalhar e em função do coco preso que trouxe essa obrigação que a gente tinha de ir quebrar escondido e quebrar de metade” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Maria Alaíde (64 anos) manifesta uma compreensão de que esta situação não ocorreu de forma isolada com ela e sua comunidade, mas ao citar outras comunidades como São Manoel, Centrinho do Acrísio, Bertulino, Centro do Aguiar, Pau Santo, Sitio Novo e São Sebastião, reconhece que a situação de opressão das mulheres e a luta por melhores condições de vida aconteceu concomitantemente em vários locais.

Para ela o despertar para a necessidade de luta e organização das mulheres surgiu a partir de sua participação na igreja:

“A igreja que motivou reflexões com as campanhas que existiam na época da fraternidade, campanha do natal em família, e onde uma delas existiu uma pergunta: Para onde vás? Essa pergunta ela deu um foco como uma luz no fim do túnel que a

gente respondeu em alguns momentos resistir, morar onde a gente tá, lutar para permanecer, lutar pra se libertar dessa escravidão da carestia que é a mesma inflação, lutar pra estudar só até o primário e parar, casar, parir e continuar a vida tendo ela como identidade da quebradeira de coco que só agora que a gente veio reconhecer. Era uma identidade vergonhosa do ponto de vista social em função do pouco preço que ele tinha, e também do que foi implantado na gente, na cabeça da gente que é coisa de pobre, quebrar coco é coisa de pobre. Essa década todinha fez com que a gente pensasse alternativas” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

O autorreconhecimento de si foi uma superação preliminar das mulheres para poder romper barreiras impostas àquilo que elas poderiam realizar juntas. Através das diversas discussões instigadas pela igreja, as mulheres, bem como os homens eram provocados, a todo o momento, a refletir sobre o papel delas na sociedade. Mas o debate sobre o papel dos homens e das mulheres não era algo simples de ser feito, pois o machismo estava fortemente presente, com isso acabava impedindo o reconhecimento bem como a importância da mulher dentro da sociedade em suas diversas dimensões (econômico, político, social e cultural).

Em uma entrevista, o senhor Inácio Alves da Silva, identificado como trabalhador rural, delegado sindical e ex-dirigente da igreja Católica de Ludovico (já falecido) descreveu a forma como a igreja buscava conscientizar os homens a respeito do papel da mulher dentro da sociedade, pois ela foi fundamental nesse processo.

O assunto que a gente discutia [no encontro de casais da Igreja] era sobre a liberdade da mulher, a igualdade, transmitir pra eles que a mulher era uma companheira e não uma escrava, do seu companheiro, do seu esposo, aí, a gente levava muito esse assunto, né, da igualdade, o direito da mulher, ela também tinha os seus direitos, ela tinha o direito de participar, ter a sua participação na comunidade, na sociedade e em todos os movimentos, que até em 84, do sindicato, as mulheres tudo era dependente dos seus maridos, a partir de 84 que, que eu entrei na delegacia né, aí, eu já comecei buscar, né, o direito da mulher ser sócia, independente dos seus maridos, isso aliás, a gente formou um grupo, muito grande de mulher e uma quebra de coco pra fazer a associação delas, daí pra cá, a gente achou o caminho, que a mulher podia ter o seu sindicato” (Inácio Alves da Silva em entrevista concedida a Luciene Figueiredo, 2005, grifo Anny Linhares, apud LINHARES, Anny da Silva, 2016, p. 160).

O processo de (re) construção de identidade ocorreu de forma lenta, mas foi primordial para que as mulheres entendessem que o seu lugar não se limitava apenas nos afazeres domésticos ou presa ao matrimônio, mas iria muito além daquilo. Passaram assumir lugares de fala onde só os homens dominavam, pararam de se esconder e de sentir vergonha de suas atividades extrativistas. No entanto, juntaram-se e perceberam que juntas seriam mais fortes, criaram então o movimento das quebradeiras de coco que hoje é conhecido mundialmente, resultado de um trabalho coletivo.

Para Maria Alaídes (64 anos) após o processo de autoaceitação, perceberam que precisariam formar lideranças para representá-las nos mais diversos contextos, o que não foi fácil, pois para elas não havia um receituário de como fazer.

“O ser mulher liderança oferece uma oportunidade da gente se inserir nas ocasiões onde a luta te chama, onde a luta te oferece uma oportunidade de ajudar a gente ou de se libertar, ou vai conquistar, ou vai pressionar, ou vai dialogar, ou vai negociar, ou vai encarar. Essa luta ela não tem uma receita pronta. Ela te ocasiona o momento e aí a gente se torna essa pessoa onde as outras companheiras que ficam na base, mais na base acredita que tu vai e que tu representa elas. Elas acreditam que tu vai e tu fala a linguagem que é necessária falar de base, uma linguagem de base ela te dar suporte pra tu falar a nível nacional, a nível estadual, a nível municipal. Num é uma coisa que nasce de ti, é uma coisa que nasce de um coletivo, e esse coletivo é quem vai te oferecer a luz que te ilumina dentro do aspecto social de libertação pra determinado assunto” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

E ela ainda ressalta falando que para cada luta havia um desejo, seguida de necessidades. Percebe-se que para conquistar os objetivos de acesso à terra e ao babaçu passava, também, pela aceitação de quem realmente elas eram, teriam que assumir suas identidades de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, sem medo ou vergonha, como sempre ressaltaram. Após esse processo cada uma das mulheres assumiram o compromisso de lutar juntas, passaram a se encontrar periodicamente para desenvolver estratégias de lutas. Com o passar dos tempos elas viam que não bastaria lutar por lutar, mas que precisariam traçar objetivos coletivos.

No mais, Maria Alaídes (64 anos) cita algumas lutas e motivações.

“Quando nós lutamos pela terra foi em função da necessidade de produzir arroz, milho, feijão. Quando nós lutamos pela educação contextualizada é por que nós sentimos necessidade de nossos filhos estudar no campo pra permanecer no campo; quando nós lutamos pelo acesso livre é por que nós sentimos necessidade de entrar te ter livre arbítrio de acesso de ir e de vir baseado em uma constituição brasileira; quando nós lutamos pela comercialização é por que a gente sentiu necessidade de sair da inflação; quando a gente lutou pela produção é por que a gente sentiu necessidade de organizar que tipo de produção a gente queria que fosse desenvolvida ou produzida na região de cada uma de nós consociado ao babaçu” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

Constata-se que as lutas foram importantes para fortalecimento dessas mulheres e principalmente para o processo de (re) construção de uma identidade que por muito tempo foi negada devido ao preconceito quanto a importância e valorização cultural e econômica da prática do extrativismo do babaçu. A luta das mulheres também se revela como instrumento para a conquista de benefícios públicos para a comunidade como o ensino médio, o

reconhecimento da identidade política de quebradeira de coco babaçu, a repartição de benefícios¹², a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) para os subprodutos do babaçu, subvenção do babaçu¹³, entre tantos outros benefícios.

Maria Alaídes (64 anos) reforça ainda que as lutas e o processo de (re) construção de sua identidade foi positivo e relevante. Conquistaram a cooperativa que foi totalmente pensada por elas, pois eram suas famílias que sofriam com um sistema abusivo de expropriação de matéria prima *in natura* (amêndoa do babaçu), limitando o poder de compra das famílias, onde tudo era caro. Relata que, se elas pensassem em comprar o arroz não sobraria dinheiro para comprar a mistura¹⁴. Isso fez com que as mulheres pensassem alternativas de organização com representação coletiva que pudesse garantir melhores condições de compra e venda de seus produtos, mostrando a importância de ter a própria produção e comercialização sem prejuízos para o meio ambiente. Por fim, reforça a relevância da relação respeitosa com a natureza.

“Vamos dizer que as águas livres de agrotóxicos, livre de defensivos, respeitar as matas ciliares, isso tudo é um ser mulher que cresceu dentro da tua realidade, num grupo coletivo. Por isso que te digo, ele é gradativo e ele é espontâneo ocasionado pela necessidade que você vivenciou e ta vivenciando. Hoje nós estamos encarando uma nova forma de lutar contra as grandes empresas. Aí a gente vê essa do gás, a gente vê a MATOPIBA¹⁵ que é uma forma de produzir devastando também, tirando o babaçu pra plantar agronegócio, onde o agronegócio também contamina mata a terra, e aí também ajuda o mercado de terra crescer. Vamos dizer que se aqui eles vem alugar a nossa terra e a metade de mais um de nosso quer alugar essa terra vai deixar muita gente sem oportunidade de produzir, e eles vão produzir o agronegócio. O roço químico, o roço químico impede de nascer palmeiras jovens. Então o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais da nossa região fica sem perspectiva de lugar pra trabalhar, por que as palmeiras mais antigas vão caindo e vai diminuindo a produção, então é cada [...] Por isso que te digo que é

¹²Segundo informações essa “repartição de benefícios” da cantina, é de quem vende o coco babaçu, tanto sócio quanto o não sócio. Tal benefício é mandado das empresas, como a L’Oréal, Natura, entre outras que compram o óleo para ser utilizado na fabricação de produtos de beleza. No entanto, antes de vender esse óleo para essas empresas, a cantina faz um contrato no qual elas se disponibilizam a pagar um benefício que se chama “Repartição de Benefício” para as quebradeiras de coco babaçu que quebraram e venderam o coco durante o período da transição da venda do óleo. Por exemplo: se no período de outubro a quebradeira quebrou 10kg de coco e foi feito uma venda de óleo para os Estados Unidos, certamente ela irá receber o benefício dentro dos 10kg que ela vendeu.

¹³A “Subvenção do babaçu” é de quem vende o coco, tanto sócio quanto o não sócio. Entretanto, para receber o benefício as quebradeiras têm que fazer um cadastro contento RG, CPF, e a DAP, tudo legalizado. Essa “Subvenção do babaçu”, é via CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), que é quem prepara toda essa documentação junto com as quebradeiras. Caso a documentação esteja tudo certo, aí sim é feito a liberação da subvenção, ela vem pelo governo federal. <Informações cedidas pela Segunda Secretaria da COPALJ, Tamires Sousa da Silva, no dia 01/12/2020>.

¹⁴Alimentos básicos para completar a alimentação, como feijão, carne, ovo, sardinha, entre outras coisas.

¹⁵ É uma região formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, onde ocorreu forte expansão agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980 especialmente no cultivo de grãos. O nome é um acrônimo formado pelas siglas dos quatro estados (MA + TO + PI + BA). <<https://www.embrapa.br>>

cada dia a gente vai encarando uma situação” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB).

4.1 As conquistas adquiridas pela luta das mulheres e sua relevância para a comunidade Ludovico

O reconhecimento das conquistas das mulheres quebradeiras de coco babaçu foi importante tanto para o fortalecimento do movimento quanto para a própria comunidade. Diante de tantas lutas, as mulheres conquistaram espaços passaram a ser inseridas diretamente na vida pública da comunidade, algumas foram eleitas vereadoras, outras assumiram a presidência dos sindicatos atuando na luta por seus direitos e pela preservação do meio ambiente.

Para Linhares (2016), o resultado das ações coletivas dessas mulheres é que, hoje, os filhos/as e netos/as de quebradeiras de coco tem mais tranquilidade para exercer essa atividade, que por muito tempo foi discriminada. O processo de conquista ocorreu com trabalho coletivo, que posteriormente se fortaleceu através de objetivos comuns de proteger as palmeiras de coco babaçu e, com isso manter seus modos de “criar”, de “fazer” e de “viver”.

Para além desta pesquisadora outros jovens remanescentes da comunidade, também dão testemunho de reconhecimento de como a luta e organização das mulheres quebradeiras de coco babaçu foram e são importantes para o desenvolvimento da comunidade.

A jovem Zara Mayan Alves de Sousa, de 24 anos, nascida e criada na comunidade Ludovico identifica-se como filha de quebradeira de coco. A mesma fala que esse autorreconhecimento nasce devido aos ensinamentos teóricos e práticos de sua mãe, que desde muito nova exerceu essa atividade e fez questão de repassá-la. E ao se referir a lutas das mulheres, diz:

“É uma luta árdua, para conseguir manter e ainda conquistar, territórios (em algumas regiões), onde as mulheres possam usufruir da produção, e daí tirar o seu sustento. Assim como também preservar as matas de cocais para evitar a escassez do coco babaçu. É também a lida diária das mulheres, para conquistar seus direitos e reconhecimento” (Zara Mayan, 24 anos, filha de quebradeira de coco babaçu e estudante).

A jovem citada fala que a luta foi necessária, e que as conquistas protagonizadas por mulheres quebradeiras de coco possui alta relevância, no que diz respeito ao bem-estar individual e comunitário. Pois, a maioria dos projetos desenvolvidos frisam ideais que permite

aos jovens ter acesso a direitos básicos de uma comunidade, como saúde, educação, atividades culturais, entre outras coisas. Zara Mayan (24 anos) fala que hoje não participa de nenhum movimento social, mas anos atrás fez parte de um grupo de Jovens Organizados em Busca de Educação e Liberdade da Comunidade Ludovico (JOBEL), que foi extremamente importante para o seu crescimento enquanto mulher negra do campo. Por fim, acrescenta dizendo que pretende continuar tecendo essa linha dos movimentos e lutas que são enfrentadas pelas mulheres quebradeiras de coco, pois “é importante, para manter a tradição da família e da comunidade, em ter sempre lideranças a frente das labutas que trazem para nós tantos benefícios”.

Assim como Zara Mayan (24 anos), outro jovem, Apolo Keven Alves Santos (16 anos), também faz relatos de sua vivência em meio a comunidade. O mesmo identifica-se como jovem, estudante da zona rural, neto de quebradeira de coco e filho de lavradores. Apolo Keven fala que não tem vergonha de sua identidade, pois é sua realidade, sua história e vivência. Que a luta protagonizada pelas mulheres foi importante, trouxe muitas conquistas, principalmente o reconhecimento de sua identidade enquanto mulheres quebradeiras de coco.

Sobre as conquistas ele ressalta:

“Tem bastante importância, pois trouxe a subsistência, o direito e acesso as terras, e uma grande proteção desta atividade executada por mulheres. A lei babaçu livre, porque através dela mostrou o poder e a valorização dessas mulheres, mostrou a força. Outra conquista, foi a educação que me permitiu fazer meu ensino fundamental aqui mesmo na comunidade, na Unidade Integrada Sinfrônio Francisco Alves. Hoje estou fazendo o ensino médio no Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro, que está localizada na comunidade Pau Santo. A instituição oferece ensino médio integrado a educação profissional com formação de técnico em agropecuária. Futuramente pretendo fazer uma faculdade e atuar na minha profissão, seja ela para ajudar a comunidade ou até mesmo para ajudar as pessoas” (Apolo Keven, 16 anos, filho de quebradeira de coco babaçu e estudante).

Atualmente Apolo Keven (16 anos) faz parte da Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues/Ma (AJR), o grupo tem o intuito de mostrar a voz dos jovens, representatividade, bem como fortalecer a luta por seus direitos. Ao ser questionado sobre dar continuidade ao movimento das quebradeiras de coco babaçu, o mesmo fala:

“A continuidade do movimento é importante, essencial e merecedor. Pessoas morreram por esse movimento, e então porque não! Eu jovem ruralista reforço essa necessidade de levar este movimento a frente, pois é um movimento de verdade e história” (Apolo Keven, 16 anos, filho de quebradeira de coco babaçu e estudante).

Nota-se, que na fala dos jovens entrevistados há uma vontade, um desejo em comum. Eles reconhecem que a luta, bem como as conquistas foram importantes, e que dar continuidade ao movimento é necessário, pois acreditam que podem também contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Podemos também observar isso na fala do jovem Francisco Silva Santos (19 anos) que se reconhece como filho e neto de quebradeira, pois sua mãe praticou e prática a quebra do coco babaçu. Francisco fala que as conquistas foram relevantes, principalmente a conquista da lei do babaçu livre, que possibilitou (inclusive sua mãe) o acesso as áreas dos babaçuais sem medo de ser agredida por aqueles que se consideram proprietários da terra, ressalta também que a conquista da educação também foi muito importante, pois permitiu a ele cursar o ensino fundamental e o ensino médio dentro da própria comunidade. Atribui essas conquistas a luta das mulheres, e que sempre ajudou sua mãe na coleta do coco. Como fruto desse trabalho pôde ingressar em uma faculdade no curso de Biomedicina. No mais, pretende dar continuidade ao movimento através de seus estudos, assim preservando suas origens, além do próprio meio ambiente.

Retomando a entrevista de Maria Alaídes (64 anos) fala que as mulheres conseguiram inúmeras conquistas de grande importância para a comunidade. No campo da legislação a mesma destaca a conquista da lei de acesso livre ao babaçu que foi devidamente aprovada nas câmaras de vereadores nos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Esperantinópolis, Baixada Maranhense, Viana, Penalva e em Lima Campos. Na educação a conquista de três escolas, duas Escolas Família Agrícola (EFAs) nível fundamental e médio ambas localizadas em São Manoel e Pau Santo e um anexo Joana Alves em Ludovico. No acesso à terra e ao babaçual conquistaram ainda cinco mil hectares de terra em função da história de luta pela terra. Na infraestrutura conseguiram também melhorias das estradas e transporte escolar; na auto-organização a cooperativa, como forma de fomentar o trabalho coletivo.

“A gente nunca deixou isso, mesmo não ganhando dinheiro, mas pra pelo menos manter essa relação entre o social e o econômico que a gente tá mantendo. Mulheres imponderadas do ponto de vista vai falando no palanque e deixa teu recado, jovens estudando fora e a gente tem muito orgulho disso, jovens fazendo mestrado, jovens fazendo curso superior, jovens fazendo doutorado, é [...] Jovens fazendo vários tipos de curso diferente é conquista. E conquista pela uma luta e essa luta ela não se deu de forma localizada ela se deu de forma nacional através do grito da Terra Brasil, através da marcha das margaridas, é uma luta mais larga” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB).

Maria Alaídes (64 anos) diz que a relevância das conquistas foi de grande porte para a comunidade. Muitas imaginavam que o individualismo insolaria todas elas e não seria uma

saída para o que elas estavam passando naquele momento, e então pensaram trabalhar no coletivo. Sobre isso ela ressalta:

“O coletivo o socialismo ele é mais distribuído de forma paritária, a de que eu quero pra mim viver com qualidade de vida, com segurança alimentar, com distribuição de renda. Pra mim a luta coletiva ela dá pra vários, pra muitos. Isso é a relevância de que um sozinho não faz sentido crescer, que a gente cresce de uma forma igualitária, essa é uma das relevâncias” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB).

Maria Alaídes (64 anos) da visão a relevância que essas conquistas tiveram para a sua vida, para as vidas de outras mulheres bem como para a comunidade.

“A outra relevância é do sair do zero e conseguir atingir uma meta que nem tu esperava na tua vida, mas quando tu olha pra trás tu vê que tu deu muitos passos, tu ter uma trajetória pra contar. A outra relevância social que na década de 70, eu tinha duas roupa, uma pra vestir de dia no mato quebrando coco e a outra pra vestir quando chegasse em casa. Hoje eu escolho a roupa que eu quero vestir. Quando se trata de calçado, eu tinha uma havaiana que pra mim usar ela mais tempo eu precisava emendar com embira, emendar com fogo. Hoje eu escolho o calçado que eu quero. A outra relevância é um monte de programas que tem a nível nacional que foi conquista e hoje tá em ameaças eles estão, como o bolsa família, esses que vocês fazem pra estudar fora (sisu) aquelas provinhas que vocês fazem também, de Enem” (Maria Alaídes, 64 anos, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB).

Segundo ela todas essas conquistas tiveram ampla relevância social, pois segundo ela economicamente hoje o filho da quebradeira de coco, o filho do trabalhador rural, o filho do pedreiro e a filha da doméstica conseguem chegar em lugares antes imagináveis. Coisa que na década de 1980 e 1990 ninguém conseguia. Na época apenas os filhos dos fazendeiros tinham a oportunidade de estudar em outra cidade, enquanto elas e seus filhos permaneciam sofrendo com a exploração, miséria e violências.

Compartilhando do mesmo pensamento de Maria Alaídes (64 anos), Diocina Lopes (67 anos) segue expondo o que ela acha que foi importante em meio as conquistas adquiridas por ela e outras mulheres, bem como sua relevância para a comunidade que até hoje mora. Ela ressalta que é perceptível as mudanças dentro da comunidade, pois quem visitou a comunidade há 30, 40 anos atrás, quando chega atualmente parabeniza as mulheres pelas vitórias alcançadas.

“Óia, eu considero como conquista mermo bem foi a luta que nós tivemos pela preservação, né? Que apesar de [...], mas a gente já tá vendo muita conscientização em cima da questão da preservação do meio ambiente, ne, e assim, a conquista da terra que a gente tem pra trabalhar aqui hoje melhorou muito. E na questão da educação, num sabe? Porque pra mim foi uma conquista muito grande, a gente vê a nossa juventude os jovens que tem assim outro pensamento dentro do movimento de

dar continuidade, esse aí a gente vê muito jovem com esse pensamento, isso pra mim é uma conquista entanto sabe? É sinal de que o nosso mundo vai melhorar com esses jove que aí tão com outros pensamentos” (Diocina Lopes, 67 anos, quebradeira de coco babaçu).

Durante a entrevista Diocina Lopes (67 anos) se emociona ao falar das lutas que tiveram que passar para conseguir conquistar os seus direitos, respeito e reconhecimento.

Sebastiana Ferreira (59 anos), fala que tudo o que elas são e representam e por tudo que passaram para chegar aonde chegaram é uma grande conquista. Ela diz que só em se identificar para o mundo todo como quebradeira de coco babaçu não tem preço, pois em meados da década de 1980 elas tinham vergonha de dizer quem de fato elas eram devido ao preconceito e a desvalorização, acabavam se escondendo.

“Hoje não. Hoje a gente já fala com muita clareza que: eu sou uma quebradeira de coco e em qualquer parte do mundo e não tem vergonha, né? Foi uma grande conquista. A outra conquista é que nós não estudemo, nós não samos formados na teoria, mas na pratica nós samos doutor porque a nossa história quem sabe contar é nós, ninguém sabe contar nossa história, e nossa história de luta, e nosso sofrimento, as nossas conquistas, né. Então a gente se considera doutora. Não tem saber não, mas não é só saber na teoria que conduz o mundo não, o conhecimento talvez seja até melhor de que na teoria. E mais essas outras lutas que a gente teve como conquistar espaço, ne, que antes a gente não tinha o direito de dizer eu sou mulher com todas as letra. Cê dizia exprimida ali porque o preconceito, a ignorância, o machismo, lhe sufocava e você dizia: eu sou mulher, mas aquilo ali bem sufocado. Hoje não, você grita pro mundo inteiro, eu sou mulher assumida porque eu conheço os meu direito e vou a luta defender” (Sebastiana Ferreira, 59 anos, quebradeira de coco babaçu).

Sabemos que a luta é antiga, mas através da força e companheirismo as mulheres quebradeiras de coco babaçu foram capazes de vencer todas as dificuldades impostas durante suas batalhas. Puderam mostrar ao mundo quem realmente eram – mulheres guerreiras que não se intimidam e muito menos desistem de lutar por seus objetivos. Durante décadas esconderam suas identidades devido a uma sociedade preconceituosa e machista. Contudo, perceberam que precisariam assumir suas verdadeiras identidades para então poder ocupar seus respectivos espaços dentro da sociedade.

Por fim, reitera afirmando que as conquistas foram importantes e extremamente positivas para elas e a para a comunidade e que o trabalho coletivo será sempre a melhor saída.

“Porque é isso, a gente passa a conhecer o outro, passa a entender. Não vejo só a minha necessidade que quando eu vejo a minha necessidade eu tô... eu tô parada, mas quando eu passo a ver a necessidade de todo mundo isso pra mim é uma conquista irreparável, né? Porque eu deixo de ser eu, eu me junto com todo mundo, e vejo que essa junção é melhor do que eu tá isolada aqui. Por isso esses espaço que

a gente tem na comunidade, no município, no estado, é muito bom, porque faz você ver diferente olhar com olhar diferente pro outro” (Sebastiana Ferreira, 59 anos, quebradeira de coco babaçu).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização desse estudo permitiu conhecer a história de mulheres que protagonizaram papéis importantes em meio a luta pela conquista da terra, pelo acesso livre ao coco babaçu, bem como a luta pelo reconhecimento de sua identidade de Quebradeiras de Coco Babaçu, que por muito tempo foi negada devido ao preconceito e a vergonha por realizarem atividades tradicionais que historicamente foram desvalorizadas econômica e socialmente, especialmente por ser trabalho realizado por populações do campo e por mulheres. É uma experiência que se articula com a luta das populações do campo em todo território nacional, buscando a garantia de terra para produzir e sobreviver no campo, além de preservar a natureza, os fazeres e saberes tradicionais.

Os conhecimentos adquiridos no campo das ciências humanas e os autores aqui utilizados me permitiram compreender que os relatos de experiências de Quebradeiras de Coco Babaçu como Maria Alaídes, Diocina dos Reis e Sebastiana Ferreira se somam para que a produção do conhecimento neste campo continue privilegiando as metodologias de pesquisa que aproximam as pesquisadoras das sujeitas da pesquisa em situações de vivências práticas, mas que interferem no modo de vida em sociedade, contribuindo para a socialização de saberes e tradições.

Os relatos obtidos foram repletos de emoção, pois cada uma pôde contar como foi lutar para garantir os seus direitos; como foi enfrentar os seus medos para garantir a sobrevivência delas e de seus filhos; como foi ficar na linha de frente nos embastes, e como foi lidar com a violência e agressões constantes dos fazendeiros. Também externalizaram as alegrias e orgulho de poder compartilhar suas vitórias e conquistas que foram importantes para o fortalecimento delas mesmas, como grupo de mulheres, bem como para a comunidade. Assim como externaram a preocupação futura de quem iria dar continuidade a suas trajetórias de luta. São situações concretas que instigam as nossas reflexões e que nos dão a condição de reescrever o longo e violento processo de luta pela terra, pela sobrevivência de populações do campo, de desigualdades sociais e do gênero e da importância dos movimentos sociais, frente as disputas pela terra, a partir do reconhecimento da existência e da resistência dessas mulheres.

A mensagem que deixam como legado para os jovens de hoje e para as gerações futuras é de encorajamento, de apelo a parar de nos esconder, sair do comodismo e ir à luta. Lutar, mesmo que em condições diferenciadas, com a mesma força que um dia aquelas

mulheres da década de 1980 lutaram. Denunciando a violência no campo e a destruição da natureza.

A conquista da educação pública e de qualidade para a comunidade configura como importante instrumento de luta para os filhos/as e netos/as dessas Quebradeiras de Coco Babaçu e de comunidades vizinhas, pois com o acesso ao ensino básico de qualidade hoje os jovens conseguem ingressar em cursos superiores.

Encerro, parcialmente, este meu estudo manifestando o orgulho e a gratidão de ser filha e neta de quebradeira de coco babaçu e assumindo o compromisso público com as mulheres, com a educação e com a sociedade de forma geral que, diante dos tempos sombrios que estamos vivendo, seguiremos resistindo, juntas, a toda e qualquer tipo de ameaças, pois a nossa luta é uma só.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V.V.P, **Mulheres Rurais, Movimento Social e Participações: reflexões a partir da Marcha das Margaridas.** 2016.p.261-295 (UNICAMP) Disponível em: <<file:///C:/Users/raque/Downloads/49354-Texto%20do%20Artigo-165392-1-10-20170307.pdf>> Acesso 20 maio. 2020.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Quebradeiras de Coco - identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas.** São Luís, 1995.

_____, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de coco: identidade e mobilização.** São Luís: MIQCB, 1995.

AYRES JUNIOR, José Costa. **A Organização das Quebradeiras de Coco Babaçu e a Refuncionalização de um Espaço Regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense.** Dissertação apresentada no programa de mestrado do curso de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. 2007.

BORDALO, Caroline Araújo. **Pelo direito de ser e estar: engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO– CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 25-28 ago. 2008, Florianópolis. Anais eletrônicos...Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST3/Caroline_Araujo_Bordalo_03.pdf> Acesso em: 05 agosto. 2020.

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco /** Caroline Araújo Bordalo, 2011. Disponível em:<https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.disserta%20a7%20c3%20a3o.Caroline_Ara%20bajo_Bordalo.pdf> Acesso em: 05 agosto. 2020.

CAPPELLIN, P. G. **Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso.** In: SILVA, E. M. et al. **Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo.** Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1990. p. 17-20.

_____. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira.** In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 640-668.

DEERE, C. D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

FAVARETO, A. **Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out./2006.

FISCHER, Isaura Rufino. **O protagonismo feminino no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado/** Izaura Rufino. Fischer. – 2004.

HAGINO, C.H.M.S. **Quebradeiras de Coco Babaçu: identidade, conflito socioambiental e subsistência.** 31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, DE 22 A 26 DE OUTUBRO DE 2007, CAXAMBU - MG. ST 26 - **RECOMPOSIÇÕES DO RURAL: IDENTIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO.** UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PROGRAMA DE PS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO PPGSD. 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/raque/Downloads/Artigo%20432.pdf>> Acesso em: 28 agosto. 2020

LINHARES, Anny da Silva, 1989 – **Quebradeiras de Coco Babaçu no Médio Mearim, Estado do Maranhão: (re)construindo identidades e protagonizando suas histórias em defesa de patrimônios coletivos/** Anny da Silva Linhares. – 2016. Disponível em: <http://ppgaa.propesp.ufpa.br/dissertacoes_mafds/Turma%202014/Anny%20da%20Silva%20Linhares-MAFDS-PPGAA-UFPA.pdf> Acesso 12 maio. 2020

MULLER, Crisna Maria; BESING, Márcia. **A luta das Mulheres nos Movimentos Sociais no Campo e na Cidade: trajetórias, protagonismo e empoderamento.** - Artigo apresentado ao CONINTER 4 (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades) no Foz do Iguaçu/PR. 2015. 44p.

NOVAES, R. R. **Continuidades e rupturas no sindicalismo rural.** In: BOITO, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 171-185.

PALMEIRA, M. **A diversidade da luta no campo: luta e diferenciação do campesinato.** In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Loyola, 1985. p. 43-51.

PAULILO, M. I. **A mulher e a terra no Brejo Paraibano.** In: BRUSCHINE, M. C.; ROSEMBERG, F. **Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 163-190.

PIMENTA, S. D. **Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural.** 2012.87f. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo.** In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. 538p

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUC. 2005. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/document> > Acesso em: 15 julho. 2020

_____: **Minha história das mulheres**. São Paulo: contexto, 2008. <Disponível em: <<http://pt.scribd.com/document> > Acesso em: 15 julho. 2020

PINHEIRO, M. B. **As Comunidades Eclesiais de Base e a conscientização política de mulheres: notas iniciais de pesquisa**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2007

ROHDEN, F. **Feminismo do sagrado: uma reencenação romântica da diferença**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 96-123, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 143p.

SILVA, Miguel Henrique da. **A organização agroextrativista: experiências de cooperativas em Viana, Lago do Junco e São Miguel do Tocantins**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados**. São Luís: MIQCB, 2001.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. **GT3 - Movimentos sociais e Educação O Papel dos Movimentos Sociais na Construção de outra Sociabilidade**: Aceito na 25ª Reunião Anual em Caxambu – 29 set. a 2 out. 2002. Disponível em: www.lemarx.faced.ufba.br/arquivo/opapeldosmovimentos >. Acesso em: 10 julho. 2020.

REBELO, Maria de Nazaré de Oliveira, 19- **Representações sociais, cotidiano e práticas políticas de mulheres quebradeiras de coco babaçu de estado do Maranhão/ Maria de Nazaré de Oliveira Rebelo**. – 2012.

SANTOS, Leonado Bis dos. **O conflito social como ferramenta teórica para a interpretação histórica e sociológica**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 2, p. 541-553, maio-ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222014000200015>.

Documento de registro. **Histórico da Comunidade Ludovico**. Entrevista feita com o Sr. João Alves da Silva para a escola Unidade Integrada Sinfrônio Francisco Alves, 2008.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **Quebradeiras de coco babaçu, organização e mobilização política no Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, região do Médio Mearim (MA): a experiência na fábrica de sabonete / Linalva Cunha Cardoso Silva**. – São Luís, 2018.

APÊNDICES

Apêndice A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA, CAMPUS VII/CODÓ
CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

MONOGRAFIA: 2019-2021

TÍTULO: AS LUTAS E CONQUISTAS DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU DA
COMUNIDADE LUDOVICO NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO-MA NA DÉCADA
DE 1980

ORIENTADORA: Jascira da Silva Lima

ORIENTANDA: Ana Raquel Mesquita dos Santos/ **MATRÍCULA:** 2014063561

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS SUJEITAS DA PESQUISA

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

NATURALIDADE: _____

IDENTIDADE DE COR: () BRANCA () NEGRA () PARDA

OUTROS: _____

ESCOLARIDADE: _____

OUTROS:

Eu, _____ autorizo o uso das informações concedidas ao trabalho de pesquisa **As Lutas e Conquistas das Quebradeiras de Coco Babaçu da Comunidade Ludovico no Município de Lago do Junco-MA na década de 1980**, da aluna Ana Raquel Mesquita dos Santos, sobre orientação da Profa. Jascira da Silva Lima, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Codó.

Codó-MA, ___ de _____ de 20__

(ASSINATURA)

Apêndice B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA, CAMPUS VII/CODÓ

CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

MONOGRAFIA: 2019-2021

TÍTULO: AS LUTAS E CONQUISTAS DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU DA COMUNIDADE LUDOVICO NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO-MA NA DÉCADA DE 1980

ORIENTADORA: Jascira da Silva Lima

ORIENTANDA: Ana Raquel Mesquita dos Santos/ **MATRÍCULA:** 2014063561

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS JOVENS

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

___NATURALIDADE:

_____IDENTIDADE DE COR:

() BRANCA () NEGRA () PARDA

OUTROS: _____

ESCOLARIDADE: _____

OUTROS: _____

Eu, _____ autorizo o uso das informações concedidas ao trabalho de pesquisa **As Lutas e Conquistas das Quebradeiras de Coco Babaçu da Comunidade Ludovico no Município de Lago do Junco-MA na década de 1980**, da aluna Ana Raquel Mesquita dos Santos, sobre orientação da Profa. Jascira da Silva Lima, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Codó.

Codó-MA, ___de _____ de 20___

ASSINATURA)

Apêndice C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA, CAMPUS VII/CODÓ

CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

MONOGRAFIA: 2019-2021

TÍTULO: AS LUTAS E CONQUISTAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DA COMUNIDADE LUDOVICO NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO-MA NA DÉCADA DE 1980

ORIENTADORA: Jascira da Silva Lima

ORIENTANDA: Ana Raquel Mesquita dos Santos/ **MATRÍCULA:** 2014063561

ROTEIRO DE ENTREVISTA (QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU)

- 1) Como a senhora se identifica?
- 2) Como ocorreu a história de luta pela terra e pelo coco babaçu na comunidade de Ludovico na década de 80?
- 3) A partir de que momento a senhora sentiu a necessidade de se envolver na luta pelas terras onde se encontravam os babaçuais?
- 4) Como se organizaram?
- 5) Quem liderava os movimentos? Havia mulheres liderando? Quem?
- 6) A senhora poderia descrever o que é ser mulher liderança?
- 7) Houve conflitos?
- 8) Tinha jagunços?
- 9) Alguém morreu? Quem? Por quê? Como?
- 10) Morreu alguma liderança mulher nos conflitos? Quem?
- 11) Como era a convivência das quebradeiras de coco babaçu com os fazendeiros que se autointitulavam proprietários de terra?
- 12) De que forma as quebradeiras de coco babaçu reenviavam seus direitos?
- 13) Como foi a participação das mulheres nesse momento?
- 14) Quem participou?
- 15) Qual o envolvimento de vocês com os movimentos sociais?
- 16) Tiveram/Tem ligação com algum partido político?
- 17) Em meio a tudo que aconteceu, o que a senhora considera como conquista?
- 18) Qual a relevância dessas conquistas para a senhora e a comunidade?
- 19) Lei babaçu livre:

Apêndice D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA, CAMPUS VII/CODÓ

CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

MONOGRAFIA: 2019-2021

TÍTULO: AS LUTAS E CONQUISTAS DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU DA COMUNIDADE LUDOVICO NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO-MA NA DÉCADA DE 1980

ORIENTADORA: Jascira da Silva Lima

ORIENTANDA: Ana Raquel Mesquita dos Santos/ **MATRÍCULA:** 2014063561

ROTEIRO DE ENTREVISTA (JOVENS)

- 1- Como você se identifica?
- 2- Você se reconhece como filha (o) /neta (o) de quebradeira de coco? Por quê?
- 3- O que você sabe sobre a luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu?
- 4- Sobre as conquistas: Que relevância a mesma tem para você e para a comunidade?
- 5- Você faz parte de algum movimento social? Qual?
- 6- Você pretende dar continuidade ao movimento das quebradeiras de coco? Por quê?